

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DO PARANÁ:  
DOCUMENTOS DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

**MARIA APARECIDA FONSECA DE OLIVEIRA**

**MARINGÁ  
2012**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DO PARANÁ:  
DOCUMENTOS DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada por MARIA APARECIDA FONSECA DE OLIVEIRA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.  
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> MARIA CRISTINA GOMES MACHADO

MARINGÁ  
2012



MARIA APARECIDA FONSECA DE OLIVEIRA

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DO PARANÁ:  
DOCUMENTOS DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina Gomes Machado (Orientadora) – UEM

Prof. Dr. Amauri Aparecido Bassoli de Oliveira – UEM

Prof. Dr. João Carlos da Silva – UNIOESTE

Maringá, 30 de abril de 2012.

Dedico este trabalho

Primeiramente a Deus e a meus pais, semianalfabetos, que me ensinaram a valorizar o estudo, o trabalho e a motivação para a busca do aprendizado.

## AGRADECIMENTOS

À Fundação Araucária, por me proporcionar a oportunidade de fazer este mestrado, e que deveria ser possibilitado a todos que atuam no ensino superior;

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina, pelo estímulo ao estudo e pesquisa na linha da História e Historiografia, incentivando para que crescesse como pesquisadora, por acreditar na realização deste trabalho e pela atenção dedicada, sempre demonstrando confiança na minha caminhada;

Aos professores da banca de qualificação, Dr. Amauri A. B. de Oliveira e Dr. João Carlos da Silva, por aceitarem o convite e pelas contribuições recebidas;

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Analete, pela contribuição durante o seminário de dissertação, pelos ensinamentos e pela dedicação durante todo o mestrado;

Aos docentes da Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação: Dr. Cezar, Dr<sup>a</sup>. Amélia, Dr. Célio e Dr<sup>a</sup>. Elaine, que contribuíram com seus ensinamentos para a compreensão do contexto da História e da Historiografia da Educação;

Ao Hugo e à Márcia, funcionários da Secretaria do Mestrado, pelo carinho e presteza no atendimento;

Aos colegas de turma, que me acolheram com respeito e carinho: Amanda, Belmiro, Carla, Fabiana, Franciele, Jarbas, Jeinnini, Jorge Pedro, Michele, Patrícia, Paulo, Priscila, Flávio, Rafael, entre outros;

Às inesquecíveis colegas Alda, Dayana, Gersonita, Silvana, Ronaldo e Simone, colegas de estudo de todos os momentos, que compactuaram com minhas fraquezas e vitórias no mestrado;

.

Aos componentes do grupo de pesquisa coordenado pela Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina, com quem convivi nos encontros de estudo;

Aos Colegas da UNESPAR/FAFIPA, pela força, em especial aos professores do colegiado de Educação Física, de Educação, de Letras e das Ciências Sociais;

À minha querida mãe, Liria Fonseca de Oliveira, que, silenciosamente, acompanhou-me, acreditando no meu sonho, e aos meus irmãos José e Joaquim, pelo apoio;

À minha irmã Edi Maria Fonseca de Oliveira, pelo companheirismo e apoio incondicional;

Aos meus queridos filhos, Matheus Henrique e Mariana, pela afetividade e carinho que me deram durante a espera nestes dois anos;

Ao meu querido marido Antonio Edson da Silva, pelo apoio, carinho e segurança, especialmente nos momentos mais difíceis.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Fonseca de. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DO PARANÁ: DOCUMENTOS DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2012.

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo a análise da história da Educação Física. Buscou-se, por meio de documentos, investigar o processo de inserção da Educação Física no currículo escolar do Estado do Paraná nas primeiras décadas do século XX. Trata-se de uma análise dos movimentos educacionais em consonância com os movimentos econômicos, sociais e políticos que ocorreram na sociedade durante as primeiras décadas do século vinte, ao pesquisar como foi implantada a Educação Física na escola. O século XX foi de extrema importância para a história da Educação e da Educação Física paranaense, tendo em vista o período republicano, o desenvolvimento da escola pública e a regulamentação de seu sistema educacional, aspectos importantes para o entendimento deste estudo. Em seu desenvolvimento, apresenta-se um registro de tópicos da história para evidenciar o contexto em que ocorreu o estabelecimento da Educação Física, bem como a documentação que orientava sua efetivação. São discutidas as contribuições de documentos encontrados, os quais constituíram a base legal para justificar a construção da história da Educação Física paranaense, dialogando com algumas fontes de destaque para o encaminhamento deste trabalho. Foram feitas considerações e apresentados indicativos sobre a inclusão da Educação Física na história da educação paranaense nas primeiras décadas do século XX. Evidenciou-se com esta pesquisa, as determinações legais dos documentos que resultaram na base para o encaminhamento da disciplina no início de sua história escolar, inclusive na constituição curricular da Educação Física no Paraná.

**Palavras-chave:** História da Educação Física; História da Educação do Paraná; Documentos Educacionais.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Fonseca. **HISTORY OF PHYSICAL EDUCATION IN THE STATE OF PARANÁ: DOCUMENTS OF THE EARLY DECADES OF THE TWENTIETH CENTURY.** 93 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2012.

### **ABSTRACT**

This research had as aim to analyze the history of physical education. Sought by means of documents, to investigate the process of insertion of the Physical Education curriculum in the State of Paraná, in the first decades of the twentieth century. This is a review in line with economic, social and political trends that occurred in society during the educational movements of the time frame, that was reported as implemented in school physical education. The twentieth century was of extreme importance for the history of Education and Physical Education of Parana in view of the Republican period, public school development and regulation of an educational system, important aspects for the understanding of this study. This work is structured in three sections. In the first section a record of history topics was presented for the understanding of the context in which occurred the establishment of the documents about the context in which physical education was linked. In the second section are the contributions of documents found, which formed the legal basis to justify the construction of the history of Physical Education of Parana, talking with some sources of attention to the discussion of the work. Considerations were made, signals that formed the inclusion of physical education in the history of education of Parana in the first decades of the twentieth century. The final result of this research considered the legal requirements of the documents that resulted in the referral basis for the subject during its history, including the constitution of the Physical Education curriculum of Parana state.

**Keywords:** History of Physical Education; History of Education of Parana; Educational documents.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO PARANÁ: O CONTEXTO EM FOCO. ....</b>	<b>21</b>
<b>2.1</b>	<b>Aspectos Históricos sobre a Educação e a Educação Física no Brasil .....</b>	<b>21</b>
<b>2.2</b>	<b>A Educação Física no Século XIX .....</b>	<b>26</b>
<b>2.3</b>	<b>A Educação Física na República Brasileira e Paranaense .....</b>	<b>37</b>
<b>3</b>	<b>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO PARANÁ NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX .....</b>	<b>48</b>
<b>3.1</b>	<b>As Fontes e os Arquivos no Processo da Pesquisa .....</b>	<b>48</b>
<b>3.2</b>	<b>A Educação Física e o Cuidado com o Corpo .....</b>	<b>58</b>
<b>3.3</b>	<b>Organização da Educação Física no Paraná .....</b>	<b>66</b>
<b>3.4</b>	<b>A Educação Física nas Conferências de Educação .....</b>	<b>72</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>78</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>85</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, cujo objeto de estudo é a História da Educação Física, investigou, por meio de documentos, o processo de inserção da Educação Física no currículo escolar do Estado do Paraná nas primeiras décadas do século XX. Deste objetivo geral, desdobraram-se os objetivos específicos, porém não menos importantes: demonstrar a história da escola pública primária no Estado do Paraná em consonância com fatores históricos da sociedade que precederam o período do recorte temporal; destacar os documentos que contribuíram no processo de implantação da Educação Física no contexto escolar; apresentar e enfatizar como a documentação histórica registrou a entrada da Educação Física nas escolas públicas do Paraná.

Para tanto, tomou-se como pressuposto a legislação educacional e sua prática, considerando as mudanças sociais, econômicas e políticas que ocorreram na sociedade. Nesta análise histórica da Educação Física, procurou-se compreender a especificidade que marcou sua introdução na escola pública do Estado do Paraná, recorrendo à história geral do início da República no Paraná e no Brasil, tomando-se como ponto de partida as seguintes indagações: Quando e como a Educação Física teve os primeiros registros nos documentos emanados pelos órgãos responsáveis pela Educação no Paraná? Quando a Educação Física foi incluída na história da educação paranaense? Qual era a função da Educação Física na escola pública paranaense?

A delimitação das primeiras décadas do século XX, como recorte temporal, é porque estas se apresentam como momento de mudanças significativas no Estado do Paraná em todos os setores governamentais, inclusive, para os propósitos deste trabalho, ou seja, o educacional, em que a Educação Física estabeleceu suas primeiras marcas.

O Paraná passou por constantes mudanças durante os governos provisórios, assim como por instabilidades financeiras após a Proclamação da República. Este abalo financeiro provocou um período crítico na balança orçamentária, fazendo com que a educação não recebesse os investimentos necessários. Após 1900, o Estado começou a investir na instrução pública de

maneira crescente. Houve, por força da legislação, uma grande expansão da rede escolar, mas não do número de professores. (OLIVEIRA, 2006).

Atualmente, a Educação Física é discutida a respeito de sua função, de seu papel na sociedade e da profissionalização de quem atua na área, entre outros. Razão pela qual se justifica buscar, em sua gênese, explicações para um melhor entendimento da Educação Física, sobretudo com o surgimento do Conselho Federal da Educação Física e com a estabilização de dois cursos: um de Licenciatura e outro de bacharelado. Um conjunto de características impregnadas por interesses políticos, por necessidades econômicas, entre outros contribuíram para a sustentação da Educação Física hoje. Deste modo, é importante conhecer sua história, isto é, sua constituição histórica.

Sob esta perspectiva, nesta dissertação, estuda-se os documentos paranaenses que estabeleceram as “raízes” que deram suporte à história da Educação Física no estado e a sua contribuição para a oficialização desta disciplina nos currículos escolares. Neste sentido, valorizam-se as fontes e seus elementos constitutivos, uma vez que relatam uma história com subsídios esclarecedores a respeito da pesquisa pretendida.

Com relação ao acervo selecionado, destaca-se sua relevância para os avanços dos estudos históricos, visto que se encontraram registros advindos de documentos oficiais e de outros que contemplam a história e a historicidade daquele momento. Procurou-se elencar documentos sobre um sistema de ensino implantado por meio de Decretos que convalidaram as legislações emanadas de governos, além de regulamentos, códigos e mensagens dos governadores. A ênfase recai sobre a legislação que estabeleceu os exercícios ginásticos entre os conteúdos da escola primária e os elementos que contribuíram para a composição do ensino paranaense nas décadas iniciais do século XX, ampliando os conhecimentos da área de Educação Física.

Para a elaboração deste trabalho, é importante explicar o por quê desta pesquisa. Entende-se que reflexões sobre as documentações acerca da história da Educação Física no Paraná no período do recorte temporal reforçam a valorização da pesquisa em história e historiografia da Educação, bem como das próprias fontes que fundamentam a presente pesquisa, ampliando do conhecimento da área, o que, em si, justifica a sua realização.

Ao apresentar as principais fontes sobre a história da Educação Física no Paraná no período delimitado, deve-se primeiramente registrar e valorizar a obra escrita por Inezil Penna Marinho – **A história da Educação Física no Brasil** –, publicada em quatro volumes, entre os anos de 1952 e 1954, pela Imprensa Nacional. Foi o primeiro livro publicado sobre a História da Educação Física no Brasil, que traz contribuições importantes por relatar as ocorrências educacionais desde o “descobrimento”, tendo como foco a Educação Física. Este livro, pela própria estrutura adotada, constituída pelo registro de muitos documentos, sendo muito deles oficiais, chamou atenção inclusive pela sequência de relatos documentais, tornando-se uma fonte para estudos históricos.

Esta pesquisa dá relevância à revisão bibliográfica que contribui para o entendimento da história pelo registro das fontes escolhidas, no diálogo com o objeto da pesquisa e com a delimitação do contexto previamente. Construir a revisão bibliográfica é decisivo no direcionamento da pesquisa, por possibilitar uma construção mais abrangente.

Alves-Mazzoti e Gewandsznajder (1999) ao se preocuparem com o papel da revisão bibliográfica em pesquisas apontam algumas considerações fundamentais: a) novas informações devem ser pensadas dentro do processo de construção coletiva do conhecimento, o que exige conhecer o estado atual para que se possa organizar, comparar e analisar, tematizadas pelo consenso, controvérsias ou soluções, com cuidadosa seleção de teorizações, procedimentos e instrumentos na seleção da literatura em pauta; b) basear em artigos mais recentes frente à carência de revisões acumuladas do Brasil, bem como utilizar as fontes primárias e evitar citações de terceiros.

Com base nessas orientações, foi traçada a revisão bibliográfica acerca da produção acadêmica em torno da história da Educação Física primária no Paraná nas primeiras décadas do século XX. Assim, entre as leituras selecionadas, destacam-se as dissertações de Sérgio Roberto Chaves Junior (2004), **A Educação Física do Ginásio Paranaense ao Colégio Estadual do Paraná: contribuições para a construção de uma história de uma disciplina escolar (1931-1951)**; Diogo Rodrigues Puchta (2007), **A Formação do Homem Forte: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense (1882-1924)**; Carlos Herold Junior (2000b), **Da Prática Social à Prática Escolar: um estudo da trajetória do pensamento moderno sobre a Educação Física**; Luiz Antonio de Oliveira (2009),

**As Contribuições de Primitivo Moacyr na História da Escola Pública nas Ações Imperiais e Republicanas;** Sérgio Henrique Gerelus (2007), **Rui Barbosa e a Educação de Corpo na Reforma do Ensino Primário;** Elyane Mozelli Padial (2008), **As Propostas de Lysimaco Ferreira da Costa para a Instrução Pública Paranaense de 1920-1928;** Ariella Lúcia Sachertt Seki (2010), **Sociedade e Educação: debates sobre o ensino público de 1890 a 1905.**

Além das referidas dissertações, artigos foram selecionados para contribuir com essa revisão literária, tais como: Carlos Herold Junior (2007), **Corpo, Educação Física e o Trabalho no Capitalismo Industrial (1860-1920);** Maria Elisabeth Blanck Miguel (2007), **A Legislação Educacional: uma das fontes de estudo para a história da educação brasileira e** Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (2005), **Educando Pelo Corpo: saberes e práticas na instrução pública primária paranaense (Finais do séc. XIX início do séc. XX)** e do mesmo autor (2010) **Escolarização e Educação do Corpo: história do currículo da instrução pública primária no Paraná (1882-1926),** Carmen Lúcia Soares (2000), **Notas Sobre a Educação no Corpo.**

Tais referências caracterizam o enfoque dos documentos estudados nesta pesquisa e oferece esclarecimentos pertinentes para a compreensão e encaminhamento da mesma. Para se referir à Educação Física, muitos documentos utilizam o termo *Gymnástica*, que compreendia a atividade física trabalhada na escola pública paranaense no referido período. Esta se voltava para a educação do corpo e sua compreensão envolve muitos fatores.

Para uma melhor compreensão sobre diferentes aspectos que influenciaram a educação do corpo na escola e, principalmente, a atuação dos exercícios físicos e de *Gymnástica*, importante se faz interrogar e interpretar os relatórios, regulamentos, regimentos e códigos de ensino referentes à instrução pública da época, bem como compêndios e livros didáticos adotados. Trabalhando com este *corpus* documental, produzido por políticos, intelectuais, inspetores e professores escolares, encontramos algumas expressões ou discursos que nos ajudem a entender como estes lidavam com as questões afeitas à educação, seja do ponto de vista moral e intelectual, ou neste caso, corporal ou *physica*. [...] (PUCHTA, 2007, p. ix).

Considerando o exposto e para facilitar a compreensão desta pesquisa que se pauta na interpretação de documentos históricos que auxiliam na constituição da

História da Educação Física no ensino primário paranaense, destacaram-se, na sua estruturação, as ocorrências dos setores governamentais existentes no Estado do Paraná, as mudanças políticas, sociais, econômicas desse período.

O registro de alguns elementos da história da Educação Física em sua relação com a materialidade histórica possibilita investigar nos documentos encontrados, toda uma diversidade do processo histórico-social e sua perspectiva frente à construção do pensamento moderno em Educação Física. (HEROLD JUNIOR, 2000b).

Para adentrar nas questões da sistematização da instrução paranaense, reportou-se às contribuições de Miguel (1997), que discute a educação pública paranaense por meio do encaminhamento da educação nacional, evidenciando que se alinhava ao modelo educacional liberal à medida que se constituía em educação escolar, privilegiando apenas os cabeçalhos das leis e discursos. Informa que o Estado de São Paulo foi o primeiro estado que conseguiu iniciar a sistematização de sua instrução, justamente pela necessidade de atender aos interesses industriais e de produção agrícola e, além disso, acreditava que, por meio da instrução, alcançaria mais rapidamente a ampliação do capital.

Constatou-se nos estudos de Miguel (1997) que as escolas deveriam ser olhadas como um templo, ou seja, semelhante ao cultivo dos valores da família e ao amor à Pátria, visto que propunha formar cidadãos conscientes de seus deveres cívicos e que valorizassem o desenvolvimento da nacionalidade.

Outra explanação sobre a realização de um trabalho com base em documentos, como material primordial da pesquisa historiográfica, possibilita não só a sua organização e divulgação, como a análise e a interpretação segundo os próprios objetivos da pesquisa proposta. O tratamento metodológico de documentos se destacará e será pano de fundo do próprio percurso da pesquisa. (PIMENTEL, 2001).

Em relação aos aspectos metodológicos deste trabalho, ao se recorrer à pesquisa documental, toma-se como pressuposto compreender o homem como um ser histórico, e, por isto, implica em situá-lo à realidade em que vive. Desse modo, com base nessa realidade e por meio de sua movimentação nela, é possível constatar, refletir e considerar o que ocorreu. Marconi e Lakatos (1990) enfatizam que a pesquisa documental utiliza materiais que não receberam tratamento analítico, neste caso, os autores explicam que as fontes primárias são essenciais para

elaboração deste tipo de pesquisa. No seu manuseio a posição do historiador/pesquisador é fundamental:

Outro ponto de interesse, contido nos textos, é o trato dos historiadores com as fontes. Ao questioná-las, o pesquisador propõe-se a explorar dimensões que as legitimaram como documento. Importante ressaltar, ainda, que esse procedimento é cabível, tanto para as fontes tidas como oficiais quanto para aquelas eleitas por pessoas comuns, como uma foto de família, um diário, uma escritura, etc. Ao lado disso, os trabalhos subvertem a idéia da aceitação da fonte como prova inquestionável da verdade. Ao contrário, percebem que, atrás de seu processo de produção, existem sujeitos e, por isso, são carregadas de intencionalidade. Nesse sentido, cabe o questionamento por quem, como e onde elas foram produzidas. (ROSA, 2005, p. 3).

Por meio do estudo das leis, dos documentos oficiais e outros documentos do mesmo grau de importância, revela-se parte da materialidade histórica dos homens numa dada civilização, a qual está regulamentada na legislação, esclarecendo a organização e a forma como o homem está organizado na sociedade.

Saviani (2006) destaca que é fundamental o empenho em preservar os materiais, seja enquanto educadores ou como pesquisadores, tendo em vista a possível importância para estudos futuros, pela possibilidade de servir como fontes para pesquisadores ou historiadores, de modo a entender o passado que se configura por ser o presente deste momento.

Com essa visão, buscou-se a história dos primeiros esboços da sistematização científica da atividade física na Europa, que é o lugar em que se iniciou a denominada Ginástica, em termos gerais, no início do século XIX. Soares (2005) relata que a ginástica traz no seu interior as noções de energia, de vigor e moral, associada à sua prática e que era constituída de conhecimentos a respeito do corpo.

Diante da expectativa de escrever sobre esta temática, o olhar volta-se para as mudanças no cenário da disciplina da Educação Física encontrada na História do Brasil, e isso se torna necessário para que se entenda como essa disciplina foi se modificando de acordo com as necessidades de cada período.

Segundo as asserções teóricas de Chaguri (2010), as mudanças históricas são percebidas quando observadas as determinações e imposições da estrutura do componente curricular que sofreu as transformações advindas dos movimentos políticos, sociais e econômicos que caracterizam a história e, de certo modo,

percebendo a necessidade de realização de estudos que se preocupem com as questões políticas em torno do tema, rompendo com o paradigma de que não esteja associado a questões políticas, econômicas e culturais.

Para apontar as fontes que foram pesquisadas, convém esclarecer primeiramente o que são fontes nas palavras de Saviani. (2006, p. 29):

As fontes estão na origem, constitui o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunho dos atos históricos do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história.

A análise das fontes primárias auxilia na compreensão do que ocorreu e das mudanças geradas para se chegar a um currículo organizado, com a presença da Educação Física, demonstrando como ocorreu a implantação do ensino primário no Estado, concomitantemente à inclusão da Educação Física. Convém, neste momento, esclarecer que

[...] uma pesquisa histórica terá então como primeira tarefa, após a delimitação do assunto a ser pesquisado, eleger as fontes primárias, relacionar as fontes secundárias e a literatura de apoio para nelas sustentar a interpretação. (ARNAUT DE TOLEDO; GIMENEZ, 2009, p.111).

De acordo com os autores, as fontes primárias são aquelas que foram produzidas em relação direta com o tema estudado. Nesta pesquisa, podem se considerar os documentos selecionados e que foram produzidos na mesma época do período delimitado, porque têm relação direta com os fatos ocorridos e remetem diretamente à problematização do trabalho.

As fontes secundárias referem-se a documentos que transmitem o fato indiretamente, são relatos feitos por quem se baseou em episódios, ou em outras fontes orais ou documentais. Identificam-se, entre outros, o dicionário especializado e as enciclopédias. Neste caso, os artigos, teses e dissertações que demonstraram os dados e fatos ocorridos no período em estudo, e a literatura de apoio são as ferramentas que permitem ao pesquisador dialogar com a produção acadêmica que está relacionada com o tema pesquisado. (ARNAUT DE TOLEDO; GIMENEZ, 2009).

Com o entendimento e caracterização das fontes, destacam-se, os diversos questionamentos que deram suporte à realização deste estudo: Já ocorreram pesquisas que utilizassem este mesmo tipo de fonte? Já se registraram leis e decretos por ordem cronológica? Quais são os documentos que registraram na história da Educação a inclusão da Educação Física no Paraná? Como será a sequência dos fatos históricos relacionadas à Educação Física paranaense neste período?

O caminho em direção às fontes, aos poucos, foi sendo construído, ocorria à medida que eram encontrados documentos, venciam-se obstáculos e a segurança começava a se fortalecer por conta dos primeiros documentos visualizados. Porém a ansiedade, por vezes, se instaurava, sempre que se pensava que outras fontes poderiam ser tão importantes como aquelas encontradas para tecer os fios enunciativos da história da Educação Física.

Pykosz e Oliveira (2009) afirmam que foi com o projeto de formação integral, implantado nas primeiras décadas do século XX, que envolveu os registros da imprensa pedagógica e diários, documentos e correspondências, materializados em materiais didáticos e nos códigos de ensino da instrução pública. Em uma análise se diferencia a documentação quando ela se refere à moralização, à higienização e à civilização dos costumes escolares, inclusive a educação com a caracterização de seus elementos mais significativos para formação de um sistema escolar, no qual envolve a estruturação curricular de acordo com os interesses dos dirigentes educacionais.

Como este trabalho foi uma pesquisa histórico-documental, adotam-se alguns termos técnicos específicos da legislação, por isto a importância em esclarecer alguns léxicos para melhor entender a linguagem usada na legislação. Foi feito um estudo para esclarecer sobre os termos mais utilizados nos documentos-fontes, definindo alguns deles. Para isto, utilizou-se o dicionário Aurélio, para conceituar os termos ou expressões encontradas. Os termos definidos foram:

- ✓ *Legislação* é o corpo ou conjunto de leis; ciências das leis; direito de fazer leis;
- ✓ *Decretos* é a determinação escrita, emanada do chefe do Estado, do governo ou de outra autoridade superior;
- ✓ *Ordenação* com força de lei, e não feita no parlamento; desígnio; vontade superior;

- ✓ *Decreto-lei* só pode ser do chefe do governo, instituindo uma lei que, em regime normal, só poderia ser emanada ou aprovada pelo Parlamento;
- ✓ *Lei* é um preceito que deriva do poder legislativo; relação constante entre um fenômeno e a sua causa; obrigação imposta; norma; regra ou o costume de; pode ser de meios, de orçamento do Estado; de Talião; de desforra; de ofensa; marcial; militar; ordinária; estado de sítio entre outros;
- ✓ *Código* é uma coleção de leis; coleção de regras e preceitos; vocabulário convencional; ou secreto para correspondência comercial, diplomática;
- ✓ *Mensagem* é proposição de um presidente de República enviada ao parlamento; comunicação oficial do Estado;
- ✓ *Relatório governamental* é a exposição escrita ou oral; exposição minuciosa de fatos de uma administração ou de uma sociedade; exposição prévia dos fundamentos de um decreto, regulamento, sentença judicial entre outros;
- ✓ *O regulamento* é o ato ou efeito de regular; determinações, regras, preceitos; conjunto de regras; disposições oficiais com que se explicam a execução de uma lei ou decreto. (BUENO, 1976).

Gama Kury (2001) destaca que é necessário se ater ao que é lei, à constituição federal orienta, de um modo geral, a vida social, jurídica, política e educacional de um país. A lei é uma regra categórica, jurídica que obriga, proíbe e permite o comportamento humano, pode ser uma escrita de alcance geral condizente com a justiça, com o certo, justo, advinda do poder legislativo do Estado. Descreve um fenômeno que ocorre com certa igualdade.

Nesta perspectiva, ao delinear os aspectos teóricos e metodológicos deste trabalho, cumpre-nos voltar ao percurso histórico para deixar claro o caminho que se optou em percorrer nesta pesquisa. Sendo assim, são iniciadas com as exemplificações em torno da expressão “Educação Física” ao longo da história.

As primeiras formas organizadas de Educação Física foram os exercícios físicos, mais tarde denominaram-se Ginástica. A “educação do corpo” era sua finalidade, visto que se pretendia formar o corpo com um porte rígido, reto, altivo na postura e por meio da técnica com repetição de movimentos. E, assim, por meio da prática, alcançar o desenvolvimento do caráter, da moral e da virtude, valorizando o vigor físico, a energia e o moral. (SOARES, 1998).

Com esta motivação, tornou-se necessária construir uma sequência, durante sua elaboração, entre os documentos encontrados para estudo. Por isto, é importante se reportar à instituição “Arquivo Público”<sup>1</sup> pela sua relevância em relação às fontes encontradas.

O Arquivo Público do Paraná disponibilizou documentos de suma importância para esta pesquisa como a **Seleção Cronológica de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná (1853-2002)** de 1980, que é uma coletânea que se apresenta com o objetivo de ofertar um instrumento auxiliador e norteador que serve para os estudiosos, pesquisadores entre outros, que buscam informações sobre a origem da legislação que regulamenta órgãos públicos, bem como seu funcionamento e sua administração. Documentos como: o Decreto nº 93 de 11 de março de 1901 que aprova o regulamento da instrução pública do Estado do Paraná; a Lei nº 1 510 de 25 de março de 1915 que reforma a instrução Pública. Desenvolvida com o apoio da pesquisa interna realizada pelo Departamento Estadual de Arquivo Público – (DEAP). (PARANÁ, 1980).

Outra coletânea que se destaca neste Departamento é da **História Administrativa do Paraná (1853-1947)** criada em 2000, que se caracteriza como um levantamento de leis provinciais e estaduais que tem como objetivo auxiliar no arquivo que apresenta uma visão genérica da organização da administração do Paraná, o que vem facilitar o acesso de pesquisadores. (PARANÁ, 2000).

Destacam-se também o Regulamento Interno das escolas públicas do Estado do Paraná que foi aprovado em 1903 norteador pelo regimento aprovado por meio do decreto nº263 de 22 de outubro, que determinava como seria a organização escolar e previsão da ginástica. Outro documento foi o Projeto de Instrução Pública que se transformou no Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Ainda foi encontrada a fonte, datada de 1915, a aprovação do primeiro Código de Ensino do Estado do Paraná de 1917, o Código de Ensino nº 17, de 09 de janeiro, que foi

---

<sup>1</sup> O Arquivo Público do Paraná foi criado por meio da Lei nº. 33, de 7 de abril de 1855, tem sob sua responsabilidade o Boletim da Associação dos Amigos do Arquivo Público de 2001, que contém o artigo primeiro desta Lei: Art. 1º Fica criado um arquivo público, anexo à Secretaria do Governo, onde se coligirá todas as memórias impressas ou manuscritas relativas à história e geografia da Província, cartas geográficas, cópia de projetos de obras públicas, mapas estatísticos e mais trabalhos deste gênero; relatórios do Presidente da Província, do Ministério, e sendo possível, de outras províncias, coleções de leis provinciais e gerais, amostra de quaisquer produtos naturais ou artísticos, que forem oferecidos ao governo e cuja conservação for possível (PARANÁ, 2001, p. 1).

assinado pelo Presidente do Estado e pelo Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. (PUCHTA, 2007).

Outros documentos importantes encontrados são os “Relatórios de Governo”, que o Governador passou a organizar em atendimento a um Aviso Circular Imperial datado de 1848 e que, desde o ano de 1853, estão sendo confeccionados, desde a emancipação da Província do Paraná. Tanto o “Relatório” quanto a “Mensagem”, além de uma “Exposição de prestação de contas da situação da Província/Estado” relatavam a situação do Paraná, destacando o que ocorreu no ano anterior e eram apresentadas à Assembleia Legislativa Estadual as mensagens que eram lidas todo início de ano, especificamente no dia 01 de fevereiro de cada ano. Este documento vem sendo elaborado até os atuais dias.

Dentre vários documentos estudados, o que chama a atenção é o Código de Ensino da Educação do Paraná de 1917, no qual transparece a organização dos programas e a distribuição do tempo, por meio do Art. nº 55 do Decreto de Lei nº 17, de nove de janeiro de 1917, estabelece a divisão do ensino primário completo em quatro séries. Os programas eram organizados de acordo com as conclusões mais adiantadas da pedagogia e de acordo com as necessidades da sociedade paranaense. A *Gymnástica* foi introduzida nos estabelecimentos de ensino como exercícios *gymnásticos*. (PARANÁ, 1917).

Outro documento importante foi o Decreto nº 14.784, de 27 de abril de 1921. Ele se tornou uma fonte de valor, por ter aprovado o Regulamento de Instrução Física Militar. É um Decreto de grande utilidade para os pesquisadores da Educação Física, por caracterizar como era a Educação Física (ginástica) que precedeu a este momento e que demonstra onde e quando o exercício físico militar chegou ao Brasil, tornando-se a base do treinamento militar internacional. Isso trouxe uma mudança significativa e norteou o encaminhamento desta história. (PARANÁ, 1921).

Muitos foram os documentos que corroboraram com a inclusão da Educação Física na História da Educação paranaense, mas o documento que registra a caracterização do início da Educação Física na escola e da presença de um profissional específico para esta área foi o Decreto nº 148, de 06 de fevereiro de 1922, o qual encarregou 1º Tenente Aristóteles Xavier, um devotado componente oficial da Milícia do Estado, o qual não media esforços em prol dos exercícios ginásticos e do escotismo, a ministrar as aulas para os alunos dos grupos escolares da Capital. Este registro se encontra no Relatório do Secretário Geral do Governo de

1922, no qual faz referência ao relato do Inspetor Geral de Ensino ao Secretário Geral do Estado em 1922 .(PARANÁ, 1922).

Decorrente ao que se apresenta nesta pesquisa, a organização e a forma em se demonstrar o caminho percorrido, desde a intenção da pesquisa até a sua finalidade, tornam-se evidentes as contribuições históricas e culturais que o trabalho trará para a comunidade acadêmica e para pesquisadores que discutem a história do ensino da Educação Física no Estado do Paraná. A seguir apresentam-se as seções que compõem a sua estrutura.

Na primeira seção, foi construído um cenário histórico que favorece a compreensão da história da Educação e da Educação Física em consonância com a história da escola pública primária no Estado do Paraná. Consideram-se as mudanças ocorridas no cenário nacional e durante o desenvolvimento do Estado do Paraná. Além dos aspectos de ordem política, econômica, administrativa e legislativa, que correspondem ao período que precede o início do século XX, esta seção procura discutir a construção da área de ensino, juntamente com o incitamento externo e interno do desenvolvimento, além das divisas do Paraná, sobre as características que vieram repercutir na formação da sociedade em geral com os primeiros passos da inclusão da disciplina Educação Física.

Na segunda seção, estudam-se os documentos/fontes considerados importantes para compreender os fatos que determinaram a implantação de orientações para a Educação Física, emanadas pelas autoridades educacionais de ensino do Paraná. Neste momento, registram-se os fatos que foram marcos para esta história e que sinalizaram o processo da inclusão da Educação Física na constituição do sistema educacional na História da Educação do Paraná nas três primeiras décadas do século XX. São discutidos os achados nos documentos-fontes que foram fundamentais para o estabelecimento da história e da estruturação curricular no período supramencionado.

Portanto, este trabalho foi realizado por meio de diálogos entre os conteúdos levantados nos documentos-fontes e a contextualidade encontrada, correlacionando-os com as mudanças ocorridas no setor educacional que visava à implantação do sistema escolar, no qual a Educação Física se apresenta, trazendo em sua constituição um dos pontos da cultura europeia acumulada.

## 2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO PARANÁ: O CONTEXTO EM FOCO

Esta seção caracteriza o contexto da sociedade paranaense nas primeiras décadas do século XX e discute como se encontravam as escolas públicas primárias paranaenses. Para isto, pauta-se no seguinte pressuposto:

Cada sociedade organiza o seu sistema educacional de acordo com a concepção de mundo tida pela classe dominante na época, expressa através do poder legislativo, que cria as leis e do poder executivo, que as põe em prática. As leis representam uma forma de materialização da concepção de mundo de quem está no poder, e são postas em execução pela sociedade civil. (NUNES, 2004, p.1).

Evidencia o autor que as leis não podem ser estudadas isoladamente, portanto, para compreender o cenário histórico que precedeu a história da Educação Física no Paraná, é preciso, primeiramente, o conhecimento da organização da história da Educação no Brasil e na Europa, tendo em vista que é preciso estabelecer as relações entre o geral e o particular, bem como aos acontecimentos que antecederam o período.

Com este roteiro criado, percebe-se que as fontes históricas, como Saviani (2006) esclarece, são sempre produções humanas e produzidas intencionalmente, o que diferencia das fontes naturais. Por isto, antes de expressar a história da Educação Física do Paraná, é essencial traduzir sua organização, ou seja, sua composição por meio da história da Educação e da Educação Física no Brasil.

### 2.1 Aspectos Históricos sobre a Educação e a Educação Física no Brasil

Verificou-se que, na revisão da literatura referente à história da Educação Física no Brasil, uma das primeiras obras a circularem no contexto nacional foi o livro de Inezil Penna Marinho, intitulado **História da Educação Física no Brasil**. Marinho (1952) indicou, em seu livro, algumas obras de renome que trataram da Educação Física na Europa, tais como: H. de Genst, *Historie de L'Éducation Physique*; F. Leonard, *A Guide to the History of Physical Educatio*; Emmett A. Rice,

*A Brief History of Physical Education* e Frei Messerli, *Historie Générale de la Cultere Physique*. Essas obras, de maneira indireta, contribuíram para a constituição da Ginástica na Europa, mas que não ocorreu concomitantemente no Brasil. As obras supramencionadas não traziam qualquer referência sobre a realidade brasileira. Deste modo, pode-se afirmar que o seu livro foi o primeiro a tratar da história da Educação Física, tornando-se uma obra significativa à preservação da história da área neste país.

Os índios nômades, antigos donos desta terra, sempre encontravam-se em guerra entre diferentes tribos. Wachowicz (2001) esclarece que, entre outras classificações, os índios sul-americanos estavam classificados em quatro áreas de cultura no Brasil, que são os Andina, Circum Caribe, Floresta Tropical e Marginal. Os índios do Paraná faziam parte de duas áreas culturais: a Floresta Tropical e a Marginal. Suas áreas estavam esparramadas pelo território paranaense, os tupis se localizavam nas proximidades do litoral e o gês estavam em outros pontos.

Os tupis-guaranis foram os índios que os portugueses conseguiram estabelecer contatos com mais facilidade, por eles serem mais adiantados que os gês. Tinham técnicas avançadas na confecção de seus utensílios, plantavam milho, mandioca, algodão e fumo. Plantavam em covas abertas com paus pontudos. “Sua alimentação era completada com produtos como frutas, raízes, larvas, mel, erva-mate, jerivá entre outras” (WACHOWICZ, 2001, p. 11). Faziam fios de algodão para tecelagem, como da rede de embalar, entre outras atividades de seu convívio. Enfatiza-se o domínio da técnica de eliminação do ácido venenoso existente na raiz da mandioca, graças a essa técnica aproveitava-se para fazer a farinha de mandioca.

Na sociedade tribal, já havia a divisão de trabalho, as mulheres realizavam o trabalho doméstico de cozinhar, cuidar das crianças, confeccionavam as peças de cerâmica, trançavam a rede e cultivavam a plantaço, enquanto o homem caçava, pescava, derrubava a mata para que as mulheres plantassem, fabricavam armas, construía ocas e eram responsáveis pela segurança. (WACHOWICZ, 2001).

Com o “descobrimento” do Brasil, apareceram os primeiros vestígios da história da Educação Física, iniciados com a contribuição europeia que ocorreu quando da chegada dos portugueses, que lançaram mão de uma das atividades que agora faz parte dos conteúdos específicos da ginástica, especificamente a ginástica acrobática. Essa atividade foi usada como forma de captar a simpatia dos nativos,

realizada pelo almoxarife Diogo Dias que dançava realizando muitas voltas e salto real, levando os índios a se espantarem e a rirem. Essa foi uma primeira demonstração de ginástica realizada no Brasil, que foi descrita por Pero Vaz de Caminha em sua célebre carta ao rei de Portugal, datada de 1º de maio de 1500 (MARINHO, 1952). Com este relato, pode-se dizer que existem registros da existência da “Educação Física” desde o início da História Geral do Brasil. Os registros iniciais sobre a História da Educação Física estão relacionados à cultura dos primitivos, notava-se a realização de movimentos físicos, denominados como ginástica. Para Gaio e Góis (2006), a ginástica se confunde com a Educação Física que, a princípio, era recomendada somente para as pessoas do sexo masculino com o objetivo de deixar seus físicos fortes e musculosos, perfeitos em sua estética, e prontos para defender a Pátria. Foi no século XXVIII que se encontraram os percussores da Educação Física, que a definiram e que se firmaria na área pedagógica dos séculos advindos. A Ginástica iniciou-se e se desenvolveu como um conjunto de exercícios sistematizados com a função de cuidar do corpo.

Após a chegada dos portugueses e as dificuldades de escravização dos indígenas, iniciou-se o tráfico de africanos para constituírem mão de obra no Brasil. Estes acrescentaram outros elementos para esta história, tais como a capoeira e a dança afro. Esses foram vestígios que demonstram uma orientação para a Educação Física organizada e sistematizada em Portugal e, em seguida, no Brasil – colônia portuguesa da qual emanavam instruções para a educação. (MARINHO, 1952).

Os registros descritos contribuem para o entendimento da estruturação inicial da Educação Física no país e de sua história, considerados os mais antigos estudos escritos em português e, especialmente, dedicados à Educação Física.

Com relação à História da Educação no Brasil, Oliveira (2011) afirma que ela teve seu início com a vinda dos jesuítas, quase cinquenta anos após o descobrimento. Por pelo menos dois séculos, os padres jesuítas foram responsáveis pela primeira rede de ensino no Brasil e inclusive a construção de muitas obras que tinham como objetivo a integração das culturas europeia e indígena. A Companhia de Jesus foi criada com o espírito da contrarreforma da Igreja Católica. Igreja esta que tinha base sólida no Reino de Portugal e na religião oficial da monarquia, que investiu na nova colônia a sua religião com o intuito de converter os habitantes do Brasil e oferecer educação aos filhos dos colonos.

A referida Companhia de Jesus foi fundada, na Europa em 1540, por Inácio de Loyola. Era uma ordem religiosa da Igreja Católica, pela qual os padres dessa Companhia tinham como missão catequizar e evangelizar o povo em nome de Jesus. De acordo com Shigunov Neto e Maciel (2008, p. 173), na constituição desta referida Companhia estavam os princípios básicos dessa ordem:

1) a busca da perfeição humana por meio da palavra de Deus e a vontade dos homens; 2) a obediência absoluta e sem limites aos superiores; 3) a disciplina severa e rígida; 4) a hierarquia baseada na estrutura militar; 5) a valorização da aptidão pessoal de seus membros.

Esses princípios foram rigorosamente vivenciados pelos membros da Companhia de Jesus, tornando-a uma poderosa e eficiente congregação (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008) que contribuiu com a instrução inicial no Brasil.

Para compreender a contribuição dos jesuítas com a instrução pública, levaram-se em conta os registros nos documentos brasileiros, como da História Geral, reconhecida desde os jesuítas até a contemporaneidade. O difícil é selecionar os fatos e/ou ocorrências em uma sequência lógica entre os períodos ou fases entre tantos acontecimentos. Saviani (2008) contribui com uma sequência de fatos que serviram para elucidar a história da organização educacional como marcos da periodização. A saber:

- 1549: Chegada dos primeiros jesuítas chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega.

Há, com efeito, razoável consenso entre os pesquisadores que é com a chegada dos jesuítas que tem início, no Brasil, a educação formal, sendo, portanto, a partir desse momento que podemos falar, em sentido próprio, de circulação de ideias pedagógicas.

- 1759: Expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal.

Instituindo colégios seminários, os jesuítas exerceram o monopólio do ensino até sua expulsão, o que confere um caráter orgânico a todo esse período marcado pelo pleno domínio das ideias pedagógicas classificadas no âmbito da concepção tradicional em sua vertente religiosa. A partir de 1759, através das reformas pombalinas da instrução pública, abre-se espaço para a circulação das ideias pedagógicas inspiradas no laicismo que caracterizou a visão iluminista. (SAVIANI, 2008, p. 15).

Compartilha-se dessa periodização proposta por Saviani (2008) para traçar a sequência deste estudo. Nessa perspectiva, a presença jesuítica pode ser verificada em um longo período da história brasileira. Ferreira Jr. (2007) esclarece que a presença dos padres inacianos, que tinha Nóbrega na liderança, manteve-se por

210 anos e, com eles, aconteceram a primeira e a mais longa experiência educacional brasileira, bem como os primeiros registros da oferta de escolas de ler e escrever destinadas à catequese dos índios brasileiros.

Com relação à Educação Física no Brasil, por sua vez, foi publicado um importante documento, o qual se tratava da seguinte tradução:

O bacharel Luiz Carlos Moniz Barreto, em 1787, publica, em Lisboa, um documento traduzido do francês 'Tratado de Educação Física e Moral dos meninos de ambos os sexos', que naturalmente vem ter ao Brasil, atendendo a nossa situação de colônia. Nesse trabalho, verifica-se que, por educação física, subentendiam-se assuntos hoje completamente distintos da mesma, como eugenia, hereditariedade, alimentação, higiene, puericultura, concepção, gravidez e parto. (MARINHO, 1952, p. 18).

No documento francês, as temáticas que caracterizavam a Educação Física estavam divididas em sete seções: primeira "os defeitos da educação das mulheres" daquela época. Por conseguinte, as cinco seções posteriores tratavam da "Educação Física e Moral dos meninos" e, na última seção, o autor sintetizava o assunto que foi tratado nas demais seções. Ele dividiu a população alvo de acordo com as faixas etárias, ou seja, até aos **04 anos de idade, depois dos 04 até aos 10 anos, dos 10 aos 12 anos, dos 12 até aos 18 anos e dos 18 aos 20 anos de idade**. Este trabalho preconizava a necessidade da Educação Física com início desde o berço e que deveria especificar o trabalho para cada idade, inclusive com demonstração de conhecimento fisiológico. As danças e os exercícios de flexibilidade, como preliminar na esgrima para os alunos de 04 aos 10 anos; a equitação e a esgrima, indicada até aos 20 anos, levando em consideração o exercício ao ar livre com diminuição das brincadeiras e jogo, traçam as características da Educação Física na obra publicada em 1787, na França. (MARINHO, 1952).

É no século XVIII que são encontrados os reais precursores da Educação Física, entre eles Basedow que fundou, em 1774, na Alemanha, a primeira escola, e, em seu currículo, encontrava-se a ginástica junto com as disciplinas intelectuais e com o mesmo peso. Inclusive, na Alemanha, foi fundada por Salzmann, em 1784, outra escola que valorizava pedagogicamente os exercícios físicos. Um dos precursores foi Pestalozzi que, assim como Rousseau, interessou-se pela Educação Física, até fez incursões no campo da metodologia. Ele orientou a ginástica por meio

de parâmetros médicos, os quais visavam às correções de postura. (OLIVEIRA; 1986).

Nunes e Rúbio (2008) expõem que, no final do século XVIII, foi aprovada, na Europa, a Educação Física como prática sistematizada e institucionalizada para a educação escolar. Período este caracterizado por grandes mudanças sociais e econômicas que deu espaço para o surgimento de uma nova classe dominante, a burguesia e, conseqüentemente, uma nova classe dominada, o proletariado. De acordo com os referidos autores, foi neste contexto que a Escola Moderna e a Educação Física foram criadas e continuam com a estrutura semelhante até a atualidade. Sua consolidação ocorreu no século XIX e com a função social voltada para construção de uma sociedade capitalista, a qual necessitava de identidades empreendedoras para deixá-las livres para o desenvolvimento do capital e outras com fortes características de servilismo àqueles que vendiam a sua força de trabalho para o aumento da produção de riquezas.

Como se observa, as mudanças na Educação e na Educação Física estão atreladas às transformações sociais, demonstrando a vinculação das ideias propaladas com a identidade cultural dominante para que houvesse a consolidação de seus interesses.

Posto movimentos voltados para implantação da Educação Física na Europa, registra-se que, no Brasil, assim como foi na época do “descobrimento”, quando os colonizadores portugueses exerciam o seu poder sobre os primitivos indígenas e, posteriormente, sobre os negros escravos na época colonial, em que os grandes latifundiários oprimiam os escravos. Esse sistema oligárquico se estabeleceu com base na monocultura direcionada ao mercado exterior e foi o que determinou a formação econômica, política e social, e é o que permite compreender as relações de dependência e dominação que ocorreram. (MEDINA, 1987). É importante registrar que essa situação permaneceria ao longo do século XIX.

## **2.2 A Educação Física no Século XIX**

Neste momento, para compor os mosaicos enunciativos sobre a Educação Física brasileira, é importante recorrer às influências dos sistemas ginásticos da

Europa. Para tanto, constatou-se como estes sistemas se constituíram e, em seguida, foram assumidos pela elite brasileira do século XIX. Uma questão importante nesse período refere-se à definição da era da ginástica.

Nesta subseção, destacam-se ainda os escritos de Soares (2001), que questionou o que era a *Gymnástica*. Esta autora esclarece que a nomenclatura utilizada designava um conjunto de exercícios (ginásticos) sistematizados, enfatizando que sua prática necessitava de horário e professor específico com objetivos claros.

Gymnástica era a nomenclatura utilizada para designar um conjunto de exercícios (ginásticos) sistematizados, com horário e professor próprios, tendo como objetivo cuidar da *educação física* dos estudantes. Exercícios esses que eram parte dos chamados métodos ginásticos, os quais consistiam numa série de exercícios, baseados em princípios bio-psico-sócio-filosóficos, que deveriam ser executados tendo como principais objetivos a regeneração da raça, a promoção da saúde, o desenvolvimento da vontade, da coragem, da força, da energia de viver e da moral. (SOARES, 2001, p. 52).

A ginástica se consolidou no século XIX com a função social voltada para construção de uma sociedade capitalista, a qual necessitava de diferentes identidades, uma reinando no mercado de livre concorrência, e outras com forte característica de servilismo, vendendo a sua força de trabalho com vistas ao aumento da produção de riquezas. Embora, na Europa, a ginástica tivesse a finalidade de constituir um corpo saudável, afastando as doenças que cresciam com a população dos grandes centros urbanos, ela foi utilizada pela elite brasileira como prática de poder perante a nova classe urbana e, sob a condição de ciência, buscou posicionar o corpo de forma retilínea, utilizando a anatomia, a fisiologia, a higiene, dentre outras áreas desta natureza. A ginástica foi constituída como uma forma de educar gestos e comportamentos era necessária para impor a ordem social daquela época. (PARANÁ, 2006).

No início do século XIX, começaram a utilizar, na Europa, diferentes formas de realizar os exercícios físicos. Estes receberam o nome de métodos ginásticos ou eram chamados de escolas de acordo com os quatro países que desenvolveram as primeiras sistematizações da prática da Ginástica na sociedade burguesa, a Alemanha, a Suécia, a França e a Inglaterra. A sua experiência se difundiu para

outros países. A prática regular da Educação Física, até as primeiras décadas desse século, só acontecia nas instituições militares europeias. (SOARES, 1994).

Para Soares (2000), a ginástica era objeto de interesse e de estudo no Brasil devido ao fato de ser praticada nos países europeus. Analisando a constituição da ginástica europeia, os registros mostram que a mesma foi construída com base nos divertimentos populares, nos espetáculos de rua, no circo, nos exercícios militares, nos passatempos dos aristocratas, inclusive nos movimentos naturais dos primitivos. Caracteriza-se como princípio na questão de ordem e de disciplina coletiva que poderia ser potencializada, mas que não seria suficiente. A ginástica foi rompendo com seu núcleo primordial, que era configurada como divertimento e, gradativamente, foi aceitando os princípios de ordem e disciplina.

A ginástica, no início do século XIX, foi concebida como científica na Europa, por ser fruto de maneiras de se pensar os exercícios físicos que, a partir de então, constituíram-se em métodos/escolas de ginástica ou Movimento Ginástico Europeu. Neste processo, os exercícios físicos passaram a ter um caráter mais utilitário, renegando as práticas populares de artista de rua, de circo, acrobatas, funâmbulos, tudo que tivesse o corpo como objeto de exposição. (SOARES, 1994).

A ginástica científica, nesse momento, passou a fazer parte dos novos códigos de civilidade europeus durante o século XIX, por meio de uma pedagogia do gesto e da vontade que se configurou como uma Educação de Corpo. Para Soares (1996), esta educação se constituiu no sentido de corpo reto e corpo rígido, proveniente de exercícios físicos que moldavam e adestravam o corpo para a verticalidade desde a infância. Esse trabalho, ou seja, a ginástica se referenciava na ginástica francesa, com uma ideologia cientificista, impregnava a sociedade que se transformava em um grande organismo vivo e que evoluía do inferior ao superior, do simples ao complexo, no qual tudo podia ser medido, classificado, comparado, definido e generalizado a partir da descoberta de leis. (SOARES, 1996).

Brito Neto (2009) identificou que a Educação Física, no mundo ocidental, teve impulso direcionado a sua sistematização e institucionalização como prática educativa no final do século XVIII e no século XIX na Europa. Este momento foi marcado por revoluções e guerras, tornando-se propício para o desenvolvimento dos exercícios físicos.

As revoluções liberais tiveram sua origem nas revoluções industriais, que, por sua vez, foram influenciadas pela Revolução Francesa. Todavia as transformações

econômicas, a influência política do liberalismo e do nacionalismo consolidou a plataforma para a materialização do projeto histórico capitalista. Foi nessa nova ordem social que a Educação Física se incluiu e se desenvolveu. (BRITO NETO, 2009).

A Educação Física se constituiu diante da necessidade dos burgueses de organizar a produção da existência humana e da necessidade de construir um homem mais forte, com mais agilidade e mais empreendedor, compondo o projeto de produtividade burguesa. O crescimento rápido das cidades industriais trouxe para o espaço urbano a calamidade pública, favorecendo o aparecimento de epidemias, falta de higiene e de serviços sanitários nos locais públicos, e passou-se a enxergar a prática dos exercícios físicos como se fosse remédio para os problemas da sociedade. Foi este discurso que incorporou a Educação Física e se tornou um instrumento de assepsia social, capaz de viabilizar a educação higiênica e de moralizar os hábitos. Dessa maneira, a ginástica foi pensada como um conteúdo de significação social, produtiva e patriótica e se efetivou no currículo escolar com esta ideologia, que veio contribuir com a consolidação do projeto que defendia a formação de um homem disciplinado, submisso, obediente e profundo respeitador da hierarquia social. (BRITO NETO, 2009).

No século XIX, a Educação Física foi consolidada com a função social de contribuir para a construção da sociedade capitalista. Nesse período, enfatizavam-se as ideias e transformações pedagógicas pautadas no Iluminismo. Passou a fazer parte da Educação do jovem, juntamente com a educação moral e a educação intelectual, significava, de acordo com os educadores da época, a educação integral. Tinha como base os métodos europeus de ginástica e era voltada para os setores privilegiados da sociedade. A Educação Física era direcionada aos filhos dos dirigentes, com objetivos profiláticos e corretivos, objetivava disseminar a maneira de ser das elites para as demais classes sociais, de modo a construir identidades saudáveis para uma sociedade saudável. (NUNES; RUBIO, 2008).

Para Soares (2000) a Europa utilizava os sistemas ginásticos como se fossem um produto da sociedade urbana. Precisava-se organizar a sociedade porque era nela que se alastravam as doenças por falta de saneamento e moradias e o desenvolvimento das mendicâncias, resultante das crises sociais do capitalismo no século XIX.

Com relação aos sistemas ginásticos europeus, convém ressaltar que o método natural da Educação Física, segundo a definição do francês Hébert<sup>2</sup>, era uma volta à natureza racionalizada e readequada às condições da vida na sociedade. Este método foi o início do trabalho cotidiano, que significava estabelecer um tempo predeterminado às condições de vida natural. Esta definição dava ao método uma compreensão não só utilitária, mas revelava as ideias educacionais da França. (SOARES, 2003).

Esses fatos foram base para a construção da identidade pedagógica da Educação Física escolar, que tinha como suporte as normas e valores próprios da instituição militar. Eles determinaram a Educação Física que foi difundida por todo ocidente, com o discurso médico higienista e militar vinculado ao propósito da aptidão física, o que demonstrava a intervenção pelos princípios morais burgueses, como a regeneração da raça, o fortalecimento da vontade, o desenvolvimento da moralidade e a defesa da pátria. (BRITO NETO, 2009).

Hébert elaborou um conjunto de procedimentos para movimentar o corpo, no qual se trabalhavam as diferentes formas de educação do corpo e de suas relações com a natureza. Esse método tinha como princípio a volta à natureza de pessoas que, com modos de vida diferentes, possuíam outros costumes de vida, como os selvagens ou primitivos, indicando uma volta racional e plenamente apropriada para o século XX, com exercícios físicos utilitários e com nudez controlada. (SOARES, 2002).

A função desse método era o desenvolvimento físico e a saúde, o que convinha à burguesia, uma vez que trazia a possibilidade de elevar o indivíduo abstrato, descolado das relações sociais, sendo porta-voz de uma prática neutra, cultuando o mito do homem natural biológico.

Na Europa, ocorreram intensos debates sobre a questão política da educação popular e os meios para efetivá-la, nos quais o conteúdo e o método de ensino fizeram parte. Deve-se ressaltar que a estruturação da organização pedagógica para escola primária foi um fenômeno mundial, pelo qual se compreende que a ideia de renovação do ensino e do modelo de escola indicada, adotado por vários países ditos civilizados. Na reorganização curricular, várias disciplinas já faziam parte do rol de estudos e tinham suas próprias substâncias em sua realidade nacional, junto a

---

<sup>2</sup> Georges Hébert<sup>1</sup> (1875-1957), oficial da marinha francesa, educador físico, desportista, foi responsável pela criação do chamado Método Natural da Educação Física.

estas outras foram introduzidas no programa, entre elas ciências, desenho e Educação Física, que passaram a fazer parte da educação moderna. Foi nessa época que começou a organização dos estados-nação com vistas à modernização social, estes se tornaram um dos pilares dos ideais e da política inovadora da educação no final do século XIX. (SOUZA, 2000).

Tanto a ginástica como as atividades físicas que se inseriram no contexto escolar, além dos métodos ginásticos alemão, sueco e francês fizeram parte das primeiras sistematizações de exercícios físicos. Essa prática da Ginástica ocorreu simultaneamente em vários países da Europa, marcando o nascimento do Movimento Ginástico Europeu. (PARANÁ, 2006).

A adoção da prática *Gymnástica* de forma generalizada nas escolas das primeiras letras, conforme explicitado anteriormente pretendia atender às necessidades de ordem higiênica. A política da educação popular abrangeu, desde a segunda metade do século XIX, todo o Ocidente, discutiu as finalidades da escola primária e os meios de sua universalização, a organização administrativa e didático-pedagógica do ensino primário. Desta maneira, construíram-se os pilares nos quais se alicerçaram os ideais e as políticas inovadoras da educação no final do século XIX e início o século XX, com a constituição dos Estados/nação e a modernização social. (SOUZA, 2000a).

A Educação Física, nesta época, foi apoiada pelos médicos brasileiros, tendo sido tema de vários estudos. Os militares e médicos brasileiros se inspiraram nos países europeus que forneceram contribuições para a prática da Educação Física e da difusão do sistema de trabalho militar e civil. Para Cunha Junior (2008), na história da Educação Física, era comum relacionar a sua prática atrelada à organização da sociedade brasileira diante da implantação do capitalismo no país. Para os médicos e higienistas, os exercícios ginásticos eram vistos como meio de:

[...] controle social, de formação moral e disciplinar, de regeneração/aperfeiçoamento da raça, de construção/inculcação de um sentimento de identidade nacional, de desenvolvimento e aprimoramento do físico e da saúde. (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 61).

Cunha Junior (2008) explica que essas ações dos médicos e higienistas visavam alterar, de maneira radical, as condições de vida e de trabalho da maioria da população, atrelando-a aos objetivos capitalistas. Os idealismos de alguns fez

com que ocorresse o desenvolvimento e a consolidação da Educação Física, em específico da Educação Física no meio escolar.

No Brasil, durante o século XIX, a escola popular foi considerada a redentora da nação e instrumento de modernização. Para Souza (2000a), a Educação Física foi considerada com efeito relevante sobre o ato de se sentir bem com a vida física na infância, o que vem confirmar a necessidade essencial da ginástica na organização do estudo que pregava a união do espírito e do físico, valorizando os exercícios físicos sistematizados e sua consolidação.

A história da Educação Física foi marcada pela história dos militares, tendo em vista a sua implantação na escola militar da “Academia Reais Militares”, por meio da Carta Régia, datada de 04 de dezembro de 1810, após a chegada da família real no Brasil. Esse setor foi importante para a Educação Física, porque foi o caminho pelo qual a ginástica alemã adentrou no Brasil em 1860 por meio da nomeação do alferes do Estado maior de segunda classe, o senhor Pedro Guilhermino Meyer, um alemão, que teve a função de contramestre de Ginástica da Escola Militar; além da fundação da escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, que teve como função promover o ensino aos componentes da Polícia Militar para a formação necessária, como as técnicas policiais, as de relações sociais e pedagógicas para adentrar no exército oficial. (CASTELLANI FILHO, 1988).

Em 1823, D. Pedro I criou uma estrutura educativa no Brasil, uma escola normal na corte para preparar os militares, entre outros interessados, no método mútuo. A partir disso, foram convocados os outros militares para receber instrução na referida escola. Após esse preparo, os militares voltavam para suas Províncias para dar aulas a seus colegas militares e a outros cidadãos e, assim, iniciou-se o trabalho desse ensino no Brasil. Por conseguinte, foi regulamentada a escola primária elementar, que foi a primeira lei educacional proclamada no Brasil, precisamente no dia 15 de outubro, data que ficou como referência para o dia do professor. Essa lei abordou especificamente a questão educacional de forma geral. (CASTANHA, 2007).

Foi criado, em 1837, o Colégio Pedro II, incluindo a ginástica no currículo. Iniciou-se, assim, de certa forma, em 1851, a legislação da matéria que obrigava a prática da ginástica nas escolas primárias do Município da Corte no Rio de Janeiro. Contudo, no final da fase imperial, foi recomendada a prática da ginástica alemã, já que, nos meios militares, essa prática estava em evidência. A tentativa de fazer uma

Educação Física como mero instrumento de adestramento físico provocou reações contrárias por aqueles que viam esse componente curricular como elemento da educação. (OLIVEIRA, 1986).

Para caracterizar essa inclusão, é necessário caracterizar como foi a entrada da ginástica no Brasil, A primeira ginástica a chegar, segundo Cunha Junior (2008), foi a alemã por volta de 1860, tornando-se o método oficial do exército. Os exercícios físicos estavam presentes no treinamento praticado pelo Exército e pela Marinha Imperial. Nesse treinamento, havia a prática regular dos exercícios de ginástica e tinha como objetivo desenvolver as qualidades físicas, como a força, a destreza e a resistência, assim como os valores morais dos militares, como a atitude, o caráter e a hierarquia. Era uma preparação para o trabalho militar, com ênfase no combate, com a finalidade de manter a integridade do Império do Brasil, que foi a preocupação do governo, defender as divisões territoriais e a intervenção das forças armadas brasileiras ao longo do século XIX.

A Educação Física foi marcada, a princípio, pela Instituição Militar e, depois da segunda metade do século XIX, foi influenciada pela medicina e se fundamentou nos princípios filosóficos positivos. A Educação estava voltada para os movimentos nacionalistas e as políticas liberais, por sua vez, a Educação Física estava focada nos movimentos ginásticos na Europa. (NUNES; RÚBIO, 2008). Foi nesse contexto que Rui Barbosa foi favorável ao programa diferenciado para as meninas, ou seja, a calistenia, que era uma combinação de exercícios ginásticos para promover beleza e vigor físico por meio do movimento, criados por Adolfo Spiess com a finalidade de produzir, no sexo feminino, um simétrico desenvolvimento físico que não prejudicasse a doçura dos gestos, da graça e da elegância do *talhe*, da bela harmonia das formas femininas. E para os meninos, acrescentou à ginástica os exercícios militares, que era um meio eficaz para educar o caráter, aprovado pelos países avançados (SOUZA, 2000a).

De acordo com Oliveira (1986), Rui Barbosa dedicou sua vida à educação, fez contribuições decisivas para a mudança da educação. Rendem-se homenagens aos que figuravam com Rui Barbosa, por terem um trabalho respeitável, como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Almeida Junior, Carneiro Leão, Gustavo Capanema, Francisco Montojos, Barbosa Leite, entre outros intelectuais de renome. Rui Barbosa foi o precursor das ideias fundamentais para que a Educação Física se tornasse

nessas propostas de 1882, o que lhe rendeu o título de Paladino da Educação Física no Brasil. Entre as recomendações indicadas, destacam-se as seguintes:

- a) Obrigatoriedade da Educação Física no jardim da infância, escola primária e escola secundária, inclusive os cursos industriais, de comércio e agricultura, como matéria de estudo, em horas distintas das do recreio e depois das aulas;
- b) Distinção entre exercícios físicos para os alunos (ginástica sueca) e para as alunas (calistenia);
- c) A prática de exercícios físicos pelo menos quatro vezes por semana, durante 30 minutos, sem caráter acrobático;
- d) Valorização do professor de Educação Física, dando-lhe paridade, em direitos e vencimentos, categoria a autoridade, aos demais professores;
- e) Contratação de professores de Educação Física, de competência reconhecida, na Suécia, Saxônia e Suíça;
- f) Instituição de um curso de emergência em cada escola normal para habilitar os professores atuais de primeiras letras ao ensino de ginástica. (OLIVEIRA, 1986, p. 54).

Rui Barbosa forneceu subsídios importantes para esta história quando apresentou seu texto do ensino primário na Câmara dos Deputados em 1883. Ele refere-se à Educação Física como um conteúdo a ser inserido no currículo do Ensino Primário. Defendeu a proposta da **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. De acordo com Gereleus (2007), Rui Barbosa defendeu a inserção da disciplina com base em experiências relatadas por meio dos estudiosos de vários países pelo qual percorreu.

A reforma proposta por Rui Barbosa pretendia preparar o homem para a vida, o que requereria o estabelecimento de um ensino diferenciado do ensino anterior. Este ensino seria marcado pela retórica e pela memorização (MACHADO, 2002). Para ele, a Educação Física serviria como meio de higienização e não eugeniação, que teve seu início registrado no começo do século XX, influenciando diretamente na educação moral, intelectual e física do povo. (SEKI, 2010).

Sob esta perspectiva, o plano de reorganização do ensino popular dava ênfase aos exercícios militares como um meio de influenciar os hábitos da mocidade para a defesa nacional, bem como uma escola das virtudes. À instrução era atribuído um papel principal, além de disciplinar o corpo, sua essência era trabalhar as qualidades morais. Fomentando, via escola, o espírito de nacionalidade.

A Educação Física brasileira, nesse século, era entendida como algo de suma importância para aquele momento, já que idealizava a formação do indivíduo forte e

saudável, o homem que primasse pelo desenvolvimento do Brasil após sua saída do período colonial, um processo de construção de seu próprio modo de vida. Para tanto, a Associação da Educação Física, voltada para a educação do físico e da saúde, não se prendia exclusivamente aos militares. Havia também os médicos que, com base nos princípios da medicina social, tinham como alvo a teoria higiênica, ditavam para a sociedade, por meio da família, os fundamentos necessários para a reorganização desta célula social, procurando, assim, a condução em que se autoafirmavam como os profissionais responsáveis pela redefinição dos padrões para a nova família brasileira em relação à conduta física, moral e intelectual. (CASTELLANI FILHO, 1988).

Em 1853, o Paraná conseguiu sua emancipação política da Província de São Paulo. A partir do ano seguinte, começaram a ser registrados os relatórios de Governo. Esses relatórios eram elaborados por exigência de um Aviso Circular Imperial, baixado no ano de 1848, no qual consta que todo presidente da Província ou governador do Estado teria que apresentar à Assembléia provincial, no início do ano, um relatório, ou seja, uma mensagem ou exposição em que relatava seus atos e feitos do ano anterior como responsável pela administração da Província.

Estes documentos se constituem, até os dias atuais, uma demonstração da situação do Paraná. No primeiro relatório, o presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos fez à Assembléia Legislativa Provincial um relato no qual expõe o estado de precariedade pelo qual a instrução pública passava e a elegeu como meta prioritária de seu governo após fazer um balanço sobre como estava o ensino. Estabeleceu um programa de implantação da educação pública elementar. (PARANÁ, 1854).

A imigração alemã teve uma participação expressiva na organização da Educação e da Educação Física, inclusive na cultura e na economia do Estado do Paraná, marcando presença forte em suas diferentes regiões. Nunes e Rúbio (2008) esclarecem que a primeira colônia foi a de Rio Negro, fundada em 1829, e que alemães de origem prússia fundaram as Colônias de Terra Nova e Santa Leopoldina em Castro em 1855. Já em 1877 e 1879, era grande o número de alemães vindos da Rússia, especificamente os alemães do rio Volga. Foi em Curitiba que houve grande concentração de alemães. Imigrantes de várias etnias se dirigiam para o Paraná, exigindo que o Estado se preocupasse com a difusão da escolarização.

No Paraná e nos estados em que tinham os imigrantes europeus, as escolas de estrangeiros serviram de paradigma de um tipo de educação, visto que o espaço escolar transmitia o conhecimento e preservava a cultura da pátria de origem. O professor tinha a função de ensinar e de preservar a cultura dos valores específicos. Miguel (1997) observa que não é possível afirmar que esse modelo de escola e a formação desses professores tenham interferido na educação brasileira.

Especificamente no Estado do Paraná, em 14 de setembro de 1854, foi aprovada a primeira lei de ensino, a de número 17, sancionada pela Província do Paraná por meio do presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos. Com um número irrisório de cadeiras para o atendimento à demanda das “primeiras letras”, da mesma maneira era o número de professores para suprir toda a província, já que a lei previa que o ensino fosse obrigatório para as crianças que residissem até a uma légua das escolas públicas. Os pais ou responsáveis por meninos de 07 aos 14 anos e por meninas de 07 aos 10 anos eram obrigados a dar instrução para os filhos, exceto se comprovassem pobreza, caso contrário, pagariam uma multa conforme as circunstâncias. (NASCIMENTO, 2004). No período de 1854 a 1889, os estudos que refletem o processo de escolarização no Paraná são escassos.

A presença da Educação Física na forma de ginástica no Paraná foi constatada enquanto prática escolar após a assinatura do Ato Governamental de em 1882. O Estado, até esse momento, seguia o Regulamento da Instrução Pública que vigorava desde o dia 12 abril de 1876. De acordo com este Regulamento, o ensino era ofertado nas escolas isoladas, nas quais os alunos eram divididos por sexo e em grupos de 20. Além da educação elementar, os alunos aprendiam a ler, a escrever e a contar, recebiam instrução moral e religiosa e noções elementares de desenho, de história e geografia, inclusive ensino de prendas domésticas, ministrado só para as meninas, assim como a prática da Ginástica era só para os meninos. (PUCHTA, 2007).

Para esta história, é importante enfatizar que, no ano de 1882, a prática da Educação Física (ginástica) foi reconhecida oficialmente no Paraná, tendo em vista que no cotidiano das instituições escolares de ensino primário, era só para o sexo masculino que se constituía em caráter obrigatório, conforme Ato da Presidência da Província, assinado em 30 de junho de 1882. Com esta legislação, originou-se o movimento de enraizamento da ginástica na escola.

### 2.3 A Educação Física na República Brasileira e Paranaense

No início da Primeira República, os estados, antigas províncias brasileiras, estavam em situação econômica desfavorável, com exceção dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, cuja economia e política encontravam-se estáveis, uma vez que vivenciavam a **política do café com leite**, projetando um fortalecimento da economia agroexportadora que contribuiria para a formação da imagem do Brasil. (MAGALHÃES, 2007).

Magalhães (2007) escreve sobre as condições econômicas, sociais e políticas nos estados e municípios quando a Primeira República foi instalada. Esclarece que estes não mudaram de repente apesar da mudança no regime político-administrativo no país. Embora a mudança não tenha sido igual nos estados, pela diversidade regional no que se refere à constituição política e administrativa, as províncias estavam, no início da República, em situação econômica desfavorável.

Outro movimento que chamou atenção foi o processo de urbanização que se iniciava. O mando dos coronéis se fortaleceu, visto que até a elite intelectual da classe média necessitava de seu apoio para obter postos de comando. Na Educação, por exemplo, as elites ilustradas com formação iluminista defendiam a reprodução do modelo europeu, observando as condições, quando houve a implantação, de diferenciação social entre negros e brancos, originada após a Primeira Guerra Mundial. Essa preocupação era manifestada pelos profissionais liberais, funcionários, empregados e até operários urbanos. Conforme Magalhães (2007), as reformas educacionais indicam as ideias e matizes ideológicos que correspondiam à imagem de ideais que emanavam do poder central.

Com relação à Educação Física no Brasil, que se denominou ginástica até o início do século XX, era ministrada apenas nas escolas do Rio de Janeiro, na capital da República, e nas escolas militares. Conforme Nunes e Rúbio (2008), inicialmente, foi influenciada pelo pensamento liberal das elites brasileiras e na perspectiva denominada higienista. No currículo, os exercícios ginásticos tinha como finalidade a aquisição de hábitos de higiene e saúde, no qual se valorizava o físico e a moral. Tinha como base os métodos europeus de ginástica.

Para Calvi e Schelbauer (2003), um movimento de intenso debate e iniciativa no que se refere à instrução pública marcou as últimas décadas do Império e as

primeiras da República no país. Esclarecem que esse movimento teve sua origem na campanha universal para difusão da educação popular que, em vários lugares, concretizou-se com a interferência do Estado na educação, com a criação das escolas primárias, como ensino obrigatório para toda a população e com a organização da sistematização nacional desse ensino. A sociedade participou dos debates por meio de congressos, exposições e pelos projetos de reformas da instrução pública que foram apresentados na Assembleia Legislativa das Províncias, nas câmaras dos Deputados e no Congresso Nacional.

A partir de sucessivas reformas na educação, a Educação Física foi lentamente incluída nos currículos, era uma preocupação que tinha uma razão de ser: a necessidade de consolidar a nova forma de governo. Com a adoção do sistema representativo, eram necessários os votos dos alfabetizados para eleger os governantes, visto que era vetado o voto do analfabeto, estes constituíam a maioria da população. Com essa preocupação, a difusão da instrução pública para a classe trabalhadora popular foi planejada de tal forma que mantivesse a hegemonia da classe dominante, que era a classe detentora do poder administrativo, financeiro e da riqueza. (SEKI, 2010).

Para tanto, foram selecionados os conteúdos de ensino com base em referências científicas. Como muitos jovens que frequentavam a escola eram da zona rural, para que estivessem aptos a assumir postos da sociedade, precisava-se da Educação Física, já que ela era fundamental para educar o corpo tido como rude.

Contudo, essa Educação Física tinha uma prática regrada para não se misturar com exercícios físicos relacionados com o esforço físico como o do trabalho. Os futuros dirigentes deveriam seguir o padrão europeu de retidão do corpo com ar de requinte, elegância e aspectos saudáveis, ou seja, deveriam ter aparência robusta e dócil nas atitudes. Já, para as mulheres, a ginástica seria aplicada com cuidados para acentuar a beleza, a graciosidade e as virtudes que uma boa mãe precisava apresentar, associada ao padrão de feminilidade (NUNES, 2004).

Herold Junior (2000a) verifica que a preocupação com a Educação Física, tanto na Europa quanto no Brasil, foi agraciada com um discurso elogioso às benfeitorias trazidas para a saúde e "formação" do trabalhador. O que parece ser uma relação simples entre educação e trabalho, assumindo o papel formativo para este.

A proposta da escola consistiu em um trabalho que valorizava uma verdadeira cultura interior por meio da música que fazia parte da educação da sociedade. Tinha como objetivo desenvolver os vários órgãos da audição e da fala, suavizar os costumes tornando-os mais adocicados, educar as classes inferiores, tornando-as mais civilizadas, aliviando as fadigas do trabalho e dando-lhes prazer em vez de distrações às vezes grosseiras e arruinadoras. Com esse tipo de educação, a cultura musical foi introduzida na escola primária por ter um caráter moral e utilitário. Com essa evolução da escola no Brasil, acentuaram-se os valores cívicos, patrióticos e o refinamento dos costumes. (SOUZA, 2000b). Esse mesmo papel poderia ser desempenhado pela Educação Física.

Com relação à Educação Física Escolar, Oliveira (1986) destaca que a mesma foi referenciada em todas as reformas educacionais no começo da República quando a Educação estava vinculada ao Ministério da Instrução Pública e à presença do professor Arthur Higgins, defensor do método “sueco” de ginástica. Esse professor ministrava aulas no Ginásio Nacional – antigo Colégio Pedro II – e na Escola Normal, que eram os principais educandários da época. Publicou um livro, em 1896, que enfatizava a importância da disciplina como meio de fortalecer o moral e que, anos depois, foi adotado pelo Distrito Federal (Rio de Janeiro) oficialmente.

Em todo período republicano, os positivistas pensaram a Educação e estabeleceram as reformas educacionais em todo o país. Para atender à necessidade de educar o corpo, o ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, no período de 1890 e 1891, Benjamin Constant realizou a reforma do ensino primário e secundário. (MAGALHÃES, 2007).

As primeiras reformas educacionais na Primeira República foram de Benjamin Constant, de 08 de novembro de 1890, que substituiu um currículo acadêmico pelo currículo enciclopédico, já enfatizando as disciplinas científicas. Deu organicidade ao sistema, implantou o ensino seriado, que atingiu a reformulação das escolas primárias, secundárias, normais no Distrito Federal, e superior, artístico e técnico no território nacional. Esta reforma de inspiração positivista não melhorou a situação do ensino primário, já que ficou relegado aos estados e com pouca função social. Ficou resumida à prática do Distrito Federal, nas demais, registrava-se apenas no papel. (TAVARES, 2006).

A construção histórica da ginástica foi realizada com determinados modelos, especificamente das escolas de ginástica da Europa. O engendramento da ginástica

na instrução pública primária do Paraná, inclusive a inserção dos exercícios físicos nas escolas isoladas, ocorreu no final do período imperial.

No momento em que o ensino da *gymnastica* é instituído como prática escolar obrigatória nas escolas públicas primárias paranaenses – através do Ato assinado pelo governo do estado em 1882 – o regulamento da instrução pública que estava em vigor datava de abril de 1876. Naquela ocasião o ensino primário era ofertado nas escolas isoladas. (PUCHTA, 2007, p. 55).

Como afirma Puchta (2007), com a intenção de formar melhor o cidadão paranaense, direcionando para uma Educação Física voltada para as crianças do sexo masculino, foi determinada pelo Presidente da Província<sup>3</sup>, Carlos de Carvalho, a inserção do ensino de ginástica nas escolas públicas primária do estado por meio do Ato de 30 de junho de 1882. Para tanto, o Presidente, atendendo à necessidade de melhorar a Educação Física dos meninos e pela função da ginástica em desenvolver a musculatura e a vitalidade gerais para o equilíbrio corporal, entre outras aptidões físicas, e a capacidade intelectual, estabeleceu as seguintes premissas:

Art. 1º Os professores das escolas publicas primárias do sexo masculino são obrigados a ensinar Gymnástica aos alunos três vezes por semana e por tempo que não exceda de uma hora.

Art. 2º Enquanto a província não fizer distribuir os instrumentos e aparelhos necessários, o ensino da Gymnástica será feito pelo methodo do professor Schreber, de Leipsig – devendo os professores guiar-se exclusivamente pela – Gymnástica domestica, medica e hygienica desse professor, traduzida por Julio de Magalhães.

Art. 3º A directoria geral da instrucção publica remetterá a cada professor um exemplar da obra de Schreber e providenciará de modo que o ensino da gymnastica comece quinze dias depois de ter o professor recebido o alludido exemplar.

§ único. Incorrerá nas penas indicadas no Regulamento Geral da instrucção publica o professor que deixar de cumprir o disposto neste acto.

Art. 4º A directoria geral da instrucção publica expedirá as instruções que entender conveniente. (PUCHTA, 2007, p. 17).

---

<sup>3</sup> A Assembleia Provincial, pela Lei nº 456, de 12 de abril de 1876, autorizou o presidente a reformular o Regulamento da Instrução Pública. Em julho do referido ano, o presidente expediu o Regulamento Orgânico da Instrução Pública 64.

No Paraná, para que o ensino da Ginástica acontecesse, foi preciso implantá-lo como imposição, para tanto foi adotado o compêndio de Schreber. Esse material foi distribuído pelo governo paranaense, informando aos professores como deveriam proceder com esta disciplina e como fazer valer seus princípios educacionais. Neste sentido, o governo fez com que o serviço de inspeção escolar atuasse de forma efetiva, desta forma, o Estado obrigava os professores que existiam a ministrarem o conteúdo sob sua ameaça. (PUCHTA, 2007).

Após a Proclamação da República, o sistema constitucional consagrou a Constituição de 1891, estabelecida pelo Decreto nº 914-A, de 23 de outubro de 1890, a qual fez indicativos para regulamentar a sociedade brasileira. A constituição estabeleceu competências para as entidades federativas, tais como: as competências exclusivas e privativas da União estabelecidas em seu artigo sétimo e, no artigo nono, a competência exclusiva dos estados e a competência cumulativa, o que significa que considerava a ação dos governos locais a favor de duas entidades. Neste ínterim, a educação não era de competência exclusiva da União. Não constava no elenco das matérias enumeradas no artigo 7º. Foi prescrita como matéria do Poder Legislativo, por meio de atribuição ao Congresso Nacional, na qual enfatizava o ensino superior, a polícia e demais serviços. (MARTINS, 1996). A Constituição não defendia que a competência para legislar em matéria educacional fosse do Estado.

Subentende-se, porém, que a tarefa educacional dos Estados não terá a intervenção do Governo Federal conforme determina o dispositivo constitucional: 'Incumbe a cada estado prover, expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração; a União, porém, prestará socorros ao estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar' (Artigo 5º). No artigo seguinte diz que 'O Governo Federal não poderá intervir em negócios peculiares aos estados', salvo, entre outros casos, para manter a forma republicana federativa (Artigo 6º, 2º). A emenda Constitucional, de 3 de setembro de 1926, reforçará a forma republicana como princípio constitucional a assegurar a integridade nacional (Artigo 6º, II, a) e autonomia dos Estados. (MARTINS, 1996, p. 38).

A Constituição de 1891 denominou o Brasil como República dos Estados Unidos do Brasil, adotando o modelo federativo norte-americano. A influência do direito constitucional norte-americano pode ser atribuída a Rui Barbosa, que

desenvolveu um trabalho na elaboração da constituição de 1891, sendo indicado como o “autor” do texto constitucional. (BRASIL, 1934).

Para o Distrito Federal e os estados-membros, foi conferida a responsabilidade social pela organização do sistema de ensino primário. Nos municípios, a Constituição republicana de 1891, por força do regime federativo, concedeu autonomia municipal. O estado deveria organizar e assegurar a autonomia dos municípios.

Para Martins (1996), essa autonomia não ocorreu por causa de três questões: opressão dos coronéis, hábito do centralismo e incultura do povo. Por esses fatores, foram transformados os municípios em feudos de políticos pelo qual o povo agia tal qual um “rebanho dócil” ao seu poder político, motivo este que fez com que o analfabetismo fosse a sustentação do coronelismo nos estados.

Nos Artigo 35 da Constituição de 1891, o legislador incumbiu ao Congresso, mas não *privativamente* (ressalta o próprio texto constitucional), as seguintes atribuições [...]: (a) animar, no país, o desenvolvimento das letras, artes, e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e o comércio, sem privilégios que tolham a ação dos governos locais (Artigo 35, 2º); (b) Criar instituições de ensino superior e secundárias nos estados (Artigo 35, 3º) e (c) Prover a instrução secundária no Distrito Federal (Artigo 35, 4º). Observamos que o legislador, ao estabelecer a incumbência privativa ao Congresso nas ações de animar, criar e prover não tenciona tolher a ação dos governos locais, portanto, não quer embaraçar a capacidade legislativa dos Estados. Poderíamos dizer que, aqui, há uma semente para a idéia que temos hoje de *competência concorrente* em matéria educacional, em que o Congresso participaria com normas gerais sem negar as peculiaridades dos Estados-Membros. (MARTINS, 1996,38, grifo do autor).

Do ponto de vista da capacidade legislativa, os Estados não tinham autonomia federativa na Primeira República, uma vez que a União interferia na ação legislativa dos Estados, tornando-se intervencionista e centralizadora no que se refere à elaboração das constituições estaduais, impondo que se respeitasse a Constituição da União. Estados que, até o final de 1892, não tivessem decretado sua própria constituição por Ato do Congresso teriam que se submeter aos Atos do Congresso ou a um dos estados enquanto o estado sujeito determinasse. Embora estivesse assegurada aos municípios determinada autonomia na prática, essa autonomia municipal não ocorreu no Brasil. (MARTINS, 1996).

Nos artigos da Constituição de 1891, que abordam a difusão da instrução pública, salienta-se a relação existente entre a legislação nacional com a educação. No entanto, são postos alguns direcionamentos a serem seguidos pelos Estados e Municípios. De modo geral, houve uma maior preocupação com o ensino secundário e, sobretudo, com o superior. (SEKI, 2010, p.19).

O Brasil teve um desenvolvimento que seguiu um padrão capitalista tanto no setor agrícola<sup>4</sup> quanto no setor da urbanização com o avanço das indústrias. No plano internacional, a Segunda Revolução industrial, no final do século XIX até a crise de 1929, representa a fase final de uma era dominada pelo capitalismo liberal, o que significa que não havia intervenção estatal na economia e predominava a crença de que a autorregulação da economia era feita por meio do jogo livre do mercado. (KOSHIBA, 1980).

O regulamento que entrou em vigor por meio do Decreto nº. 31, de 29 de Janeiro de 1890, foi o primeiro regulamento da instrução pública instituído pelo governo da República. Este documento pela primeira vez fez referência à criação de escolas promíscuas pela qual se pudessem dar aulas para ambos os sexos. No programa apresentado, a ginástica não constava no rol das disciplinas (PUCHTA, 2007).

Em 1890, foi aprovado o primeiro regulamento de organização da instrução pública do Estado do Paraná, instituído no início da República. No que se refere à instrução, foi referenciada a existência da cadeira de *Gymnástica*. Este foi o primeiro documento que emanou normas para o ensino primário, para o Instituto Paranaense e para a Escola Normal do Estado do Paraná. (PARANÁ, 1890).

Este regulamento definiu medidas para que a sistematização ocorresse nos estabelecimentos do ensino primário em diferentes regiões do Estado. Desde a segunda metade do século XIX, o Estado do Paraná caracterizou-se pelas mudanças, transformações intensas econômicas, políticas, sociais e econômicas.

Para Melo e Machado (2010), a República se implantou no Paraná de maneira natural, sem resistência e nem incidentes por parte dos monarquistas liberais e, inclusive, dos conservadores, de tal maneira que as mudanças foram planejadas pelos políticos sem interesse de conservação. A partir desse momento, houve aumento populacional, assim como houve progresso nas atividades econômicas, com ênfase nos produtos agrícolas e na extração da erva-mate,

---

<sup>4</sup> Como na grande produção, entre outros, do café.

juntamente com a política migratória que estava ocorrendo. A caracterização do desenvolvimento do Estado do Paraná ocorreu em clima de difusão de uma nação moderna em todos os setores.

Com essa obrigatoriedade expressa no Regulamento, Chaves Júnior (2004) comprova a existência da Educação Física, desde o século XIX, no Ginásio Paranaense, hoje Colégio Estadual do Paraná, por meio de seus relatórios, que utilizam o termo **aula** de Educação Física. Nesta instituição, a *Gymnástica* constou no seu currículo desde os 6º e 7º anos, isto em 1892 e, depois, em 1893, já constava no 5º ano, acrescenta que, neste ginásio, assim como em outros ginásios brasileiros, seguia possíveis orientações do Ginásio Nacional, que foi denominado por Colégio de Pedro II, por meio do Decreto Federal de nº 8659 de 05/04/1911.

A origem da Educação Física não aconteceu a partir de uma determinação, ela veio atrelada aos sistemas nacionais de ensino, à aprovação de projetos econômicos e projetos políticos liberais, e primava pelo poder da razão no movimento do cotidiano dos homens. Estes vinham com a intenção de interferir na formação da personalidade do homem por meio das práticas essenciais para o currículo escolar, que, por sua vez, enfatizava a prática de exercícios físicos como uma maneira de controlar os corpos, como os educadores naturalistas e filantropos, Basedow, Rousseau, Guths Muths, Pestalozzi entre outros, que elevavam os valores do exercício prático. (NUNES; RÚBIO, 2008).

A prática pedagógica da Educação Física até o início do século XX era a ginástica, influenciada, pelo pensamento liberal da classe alta brasileira, apoiado na perspectiva chamada higienista. Seu currículo focava-se a aquisição de hábitos de higiene e saúde na qual se valorizava o desenvolvimento físico e moral (NUNES; RÚBIO, 2008).

Sua prática pedagógica baseava-se nos métodos europeus de ginástica. A Educação Física voltava-se para setores privilegiados da sociedade. Atendia, exclusivamente, aos filhos das classes dirigentes, tencionando suprir qualquer deformidade ortopédica de seus integrantes, a possibilidade de contrair doenças infecciosas ou adquirir os vícios decorrentes da crescente urbanização das cidades. Seus objetivos eram profiláticos e corretivos. (NUNES; RUBIO, 2008, p. 59).

De acordo com os referidos autores, o currículo ginástico vinha impregnado da função de disseminar os modos da elite dirigente para as outras classes sociais e constituir uma identidade saudável na sociedade. Ao reforçar esta questão da educação que atendia aos interesses de quem detinha o poder, o comando era das elites que tinham o dever de ofertar o estudo para os filhos dos senhores, para que estes tivessem o conhecimento, porque com conhecimento eles se manteriam no poder. Contudo, a burguesia estava se fortalecendo pela via da educação como forma de proporcionar um futuro melhor para seus filhos e, aparentemente, lutando para que a Educação se tornasse mais acessível a outras pessoas com o propósito de diminuir o poderio das elites agrárias. (MARINHO 1952).

Para Puchta (2007), quando se favorecia a inserção dos exercícios gymnásticos ou jogos gymnásticos no ensino público primário, registrava-se a pretensão de alguns políticos paranaenses, por exemplo: Carlos de Carvalho. Seu objetivo era melhorar a Educação Física para as crianças que estudavam em escolas públicas. Acreditava na possibilidade de estabelecer equilíbrio tanto entre as capacidades físicas quanto intelectuais com a realização dos exercícios físicos e de Gymnástica.

[...] percebemos um grande interesse por parte do Estado na formação do cidadão – o cidadão do futuro – por meio do processo de escolarização de massa. Formação esta que passava em grande medida pelas 105 intervenções no corpo daqueles que ocuparam os bancos, carteiras e espaços escolares. Daí a inserção dos exercícios *gymnásticos* nos programas do ensino primário. (PUCHTA, 2007, p. 105).

Com relação à política econômica, o objetivo foi focar o período que proporcionou uma grande mudança no Brasil, estimulada pelas mudanças que ocorreram no sistema capitalista europeu, que era movido pela livre concorrência e exportação de sua produção. Com o desenvolvimento da tecnologia e, conseqüentemente, a diminuição do uso de mão de obra especializada, o capitalismo da livre concorrência cedeu espaço para o capitalismo financeiro de monopólio. A Europa, com máquinas de alta tecnologia, aumentou sua produção em demasia o que fez com que a produção fosse se acumulando, surgindo, assim, a necessidade de escoamento. Esses trabalhadores ficaram desprotegidos e desempregados, ocasionando a ativação de sindicatos. Muitos desses trabalhadores

migraram e muitas pessoas que necessitavam de empregos vieram ao Brasil em busca de serviço. (PADIAL, 2008).

Diante desse cenário, foi implantada a Instrução Pública nas escolas, tornando-se obrigatória no Paraná, abrangendo não só a Educação como a Educação Física, justamente por estar ligada a uma Política Pública do Estado, que pode ser vista inclusive como uma política da Educação. Estabeleceu-se, assim, uma normatização de comportamentos adotados para organizar a educação para uma população muito diversificada pela sua própria formação, oriunda de diferentes etnias, que foram surgindo e se constituindo, em especial, após a crise do Leste Europeu.

Um novo Regulamento da instrução pública paranaense foi instituído por meio do Decreto nº 35, de 09 de fevereiro de 1895, que dividiu o ensino primário em 1º e 2º graus e misto. Compreende-se por ensino misto o ensino de matérias tanto para o primeiro grau como para o segundo. Esta aglutinação ocorria nas escolas que ficavam situadas nos locais que tivessem número de alunos insuficiente para formar escolas de primeiro e ou segundo graus ou por sexo, como ocorria nas promíscuas, sendo implantado pelo governo o ensino misto. No Regulamento de 1895, ficou claro que as escolas de primeiro e segundo graus só existiriam em cidades. (PUCHTA, 2007).

Este século foi considerado um marco na história do país, destacando-se que, no seu final, foi instaurada a República no Brasil, o que provocou uma mudança, ou seja, uma nova fase de organização da sociedade. Entre as mudanças no âmbito social e político, Seki (2010) aponta o fim do trabalho escravo e o início do trabalho assalariado, a secularização dos cemitérios, a instituição do casamento civil, o rompimento do Estado com a Igreja Católica, a chegada dos imigrantes no país, entre outras.

Para que haja entendimento sobre a instrução antes do século XX, precisa-se saber o que estava ocorrendo antes da emancipação política do Paraná, que ocorreu em 29 de agosto de 1853, por lei sancionada pelo Imperador D. Pedro II. Já existiam rumores de que havia movimentos políticos para que esta emancipação ocorresse desde 1840, e o Estado de São Paulo, prevendo este real acontecimento, deixou de dar assistência ao Paraná, o que levou ao abandono das instituições existentes. Inclusive as escolas enfrentaram sérias dificuldades. Isso aconteceu em todos os setores. (WACHOWICZ, 1984).

No Estado do Paraná no final do século XIX, além desses direcionamentos da referida Constituição, houve a reivindicação da educação escolar pelos grupos urbanos que começavam a aumentar e a se organizar para a vida social, ao mesmo tempo em que a modernização da indústria do mate ocorria, inclusive com a influência dos imigrantes alemães.

### **3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO PARANÁ NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

Nesta seção, objetiva-se verificar como os documentos encontrados registraram a inclusão da Educação Física nas escolas públicas do Paraná. Para tanto, foi realizado um levantamento para compor o conjunto dos documentos a serem investigados, constituídos por documentos legais e documentos emanados por órgãos jurisdicionados à administração governamental e escritos que enfatizam o assunto no período de estudo que se configurassem como caminhos e pistas a serem percorridos. Assim, após estudar os achados, foi possível apresentar os vestígios encontrados e as evidências relacionadas à história após o amadurecimento da compreensão.

#### **3.1 As Fontes e os Arquivos no Processo da Pesquisa**

A busca e a seleção dos documentos, apesar de exigir um trabalho significativo, possibilitaram um direcionamento e avanço deste estudo. Embora o fato de encontrar poucas leis gerasse insegurança, por não ter a certeza de ter encontrado todas as fontes ou, talvez, porque não estivesse no melhor caminho, a Legislação, de forma geral, é muito extensa e a dificuldade de acesso ainda maior. Enfrentando a dificuldade, fez-se a leitura dos documentos que foram encontrados nos acervos com seus devidos registros nesse espaço.

Até entender como se busca uma lei, decreto, regulamento, código, entre outros e ter a compreensão da sua constituição leva-se um longo tempo, além disso, percebeu-se que, por ser um período longínquo, torna-se complexa a pesquisa por se desconhecer as estruturas do período. E quando os documentos são encontrados, fica-se amedrontado pela imensidão de escritos, o quanto se tem que ler, percebendo que não há tempo suficiente para lê-los e fichá-los com um olhar mais atento a cada um deles.

Começou-se a trabalhar, sem deixar, contudo, de questionar as dificuldades encontradas: Como resolvê-las para proporcionar indicativos iniciais para que

pesquisas posteriores a esta tenham condições de traçarem novos caminhos? Os documentos oficiais, como os decretos, as leis, os relatórios e mensagens de governo, mensagens de secretário, em sua maioria, foram encontrados no Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP), denominado "Arquivo Público Paranaense", entretanto, os documentos supramencionados não foram suficientes neste caminhar e foi preciso levantar outras fontes não tão primárias, justamente pela dificuldade de trilhar os caminhos legais e encontrar os vestígios pretendidos por esta investigação.

Torna-se necessário esclarecer que o Arquivo Público, de acordo com informações do glossário encontrado no próprio Arquivo Público do Paraná, é uma instituição responsável por organizar e administrar o acervo do patrimônio documental do Estado.

O Arquivo Público do Paraná foi de suma importância, por servir de referência para localizar documentos que contribuíram na realização deste trabalho, como a **Seleção Cronológica de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná (1853-2002)** de 1980, que é uma coletânea que tem a finalidade de oferecer um instrumento auxiliar e norteador para os pesquisadores. Outra fonte de igual valor foi a **História Administrativa do Paraná (1853-1947): criação, competência e alterações das Unidades Administrativa da Província e do Estado de 2000**, que aborda leis, decretos e suas funções.

Uma das fontes necessárias para a fundamentação anterior ao período estudado foi o livro **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854-1889** de 2000, organizado pelo grupo de pesquisa coordenado pela professora Doutora Maria Elizabeth Blanck Miguel. O grupo fez um levantamento de fonte para apoiar os seus trabalhos, o qual foi publicado na HISTEDBR- História, Sociedade e Educação no Brasil, da Unicamp, com o título **A Legislação Educacional**: uma das fontes de estudo para a História da Educação brasileira, que expõe um levantamento de documentos oficiais vinculados à legislação educacional paranaense, construído durante o doutorado da referida professora.

Outra importante fonte, mas secundária, foi o livro do Inezil Penna Marinho, **A história da Educação Física no Brasil**, publicado em 1952 pela Imprensa Nacional, cuja maioria dos historiadores que escrevem ou escreveram sobre a História da Educação Física utilizam ou utilizaram seu livro como fonte devido aos dados

coletados pelo autor, uma coletânea única, que se constitui em um documento que zela pela preservação da história da Educação Física e dos desportos.

Após finalizar a etapa inicial da garimpagem das fontes encontradas, as fontes que, de uma maneira ou de outra, estavam prontas para serem estudadas. Encontrar o conteúdo que fez parte da História da Educação Física Paranaense, ou seja, respostas à questão inicial é um meio de se aproveitar os dados contidos em cada documento.

Essa busca tende a retratar uma imagem de como era a Educação naquele momento. Quando se fala em Educação, ocorre o surgimento da imagem da escola, inclusive da Educação Física, que não depende da vontade do docente ou do discente, já que há um movimento dos fatos mais corriqueiros ou rotineiros que refletem o sistema sócio-político-econômico em que vive cada país. A escola é uma instituição determinada pela própria sociedade na qual ela funciona; não seguir as regras estabelecidas pelas forças dominantes da sociedade, de certo modo, é pregar ou promover conspiração, a subversão, ou até a revolução. (MARINHO 1952).

Para adentrar nos estudos das fontes, convém enfatizar que a sociedade brasileira e a educação pública brasileira tinham em vigor Constituição de 1891, aprovada pelo Decreto nº 914-A, de 23 de outubro de 1891, como responsável pelos indicativos que as regulamentavam, até para criar uma imagem do Estado em que estava naquele momento a Educação.

Nos artigos da Constituição de 1891 que abordam a difusão da instrução pública, salienta-se a relação existente entre a legislação nacional com a educação. No entanto, são postos alguns direcionamentos a serem seguidos pelos Estados e Municípios. De modo geral, houve uma maior preocupação com o ensino secundário e, sobretudo, com o superior. (SEKI, 2010, p. 19).

A mesma autora acrescenta que:

A educação primária estava a cargo dos Estados, cabendo a eles ofertar e custear este grau de ensino. No entanto, cada Estado tinha a sua própria legislação, que resultava em diferentes medidas, já que alguns estados assumiam para si a responsabilidade de gestar o ensino primário e outros Estados optaram por repassar aos seus Municípios os trabalhos com esse nível de ensino. (SEKI, 2010, p. 19).

Diante desta exposição, entende-se que a Educação Física, inserida na organização da Instrução Primária, esteve sob a responsabilidade do Estado do Paraná, esclarecendo a organização das estruturas que sustentavam o sistema educacional, bem como sua própria legislação.

Para Seki (2010), a constituição do país para os órgãos públicos legais, o jurídico e o executivo, está diretamente ligada à base política que legaliza os projetos de leis propostos pelos parlamentares. Neste sentido, a função da legislação de um Estado abarca desde sua organização administrativa até suas competências. Portanto, a sociedade é regida por leis, neste caso, é a constituição que norteia a vida social, jurídica, política e educacional.

A instrução pública no Estado do Paraná, depois da Proclamação da República, passou por algumas tentativas para organizá-la, destacando que uma delas foi o serviço de inspeção escolar. O Decreto nº 93, aprovado em 1901, estabeleceu disposições para a fiscalização do Ensino Primário, dividindo-se em distritos de inspeção escolar e introduzindo o “visto” do diretor da instrução nos atestados de exercício de professor entre outras determinações de fiscalização, como a inspeção do ensino constituída da conformação intelectual e moral do aluno; a fiscalização e acompanhamento dos programas, inclusive dos métodos utilizados pelos docentes. (PARANÁ, 1901a).

Nas palavras do Governador Dr. Francisco Xavier da Silva, em sua mensagem de 1901, em que registra os acontecimentos do ano anterior, consta que a instrução pública merece atenção do poder executivo. Naquele ano as escolas atendiam grupos de 20 meninos, os demais meninos que moravam longe da sede em que funcionava a escola ficavam condenados ao analfabetismo e os pais não tinham como lhes dar o ensinamento de um professor. O total de escolas existentes neste ano era de 337, sendo que 269 estavam providas, destas 105 estavam sendo utilizadas pelo sexo masculino, 33 pelo feminino e 131 eram promíscuas. (PARANÁ, 1901b).

Em 1901, de acordo com o relatório do Secretário do governo, o governador relata que o seu governo se empenhou na difusão do ensino. Foi expedido, por meio do Decreto de 11 de março, o novo Regulamento da Instrução Pública. Enfatizou que o ensino primário estava a desejar por falta de professores e não por falta de escolas. Embora a escola para formação de professores – Escola Normal – existisse desde 1870. (PARANÁ, 1901c).

O ano de 1901 ficou marcado por ser o ano em que o ensino primário público começou a ser praticado nas escolas mantidas pelo governo do Estado, tanto em relação ao ensino do primeiro grau como do segundo grau, em atendimento ao Decreto nº 93, que foi aprovado em 11 de março deste ano, inclusive era direcionado para as escolas primárias privadas, para a escola normal de Curitiba e para o ensino secundário do Ginásio Paranaense (NASCIMENTO, 2004).

Em 1903, foi aprovado o Regimento Interno das escolas públicas do Estado do Paraná. Em 1907, organizou-se um projeto de instrução pública que se tornou Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná; depois em 1915, aprovou-se o primeiro Código de Ensino do Estado do Paraná, num momento conturbado pelos movimentos gerados pela Primeira Guerra Mundial, que não havia terminado. Nesse momento, as ideias de nacionalidade desencadearam uma revisão da legislação. (MARTINIÁK, 2007).

A aprovação do Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná, em 1903 (PR. Decreto nº 263, 1903, p. 92-102), tratava dos grupos e semi-grupos escolares, estabelecendo duas séries para o 1º e 2º graus do ensino primário. Na linha de reestruturação das escolas, o Grupo Xavier da Silva, contou com três escolas para cada sexo, das quais duas para a 1ª série do 1º grau, duas para a 2ª série do 1º grau e mais duas para as séries do 2º grau (PR. Decr. nº 263, 1903, p. 99, art. 59). A nova modalidade de escola abriu caminho para a criação de outras do gênero, em razão da necessidade de agrupar escolas de ensino primário num mesmo prédio, construído com determinado número de salas passíveis de abrigarem, cada uma delas, as crianças matriculadas naqueles estabelecimentos. (OLIVEIRA, 2001, p. 5).

Com essas determinações, foram construídos os prédios para os Grupos em Curitiba e outras localidades próximas da capital. Houve esforços para remodelar o ensino, mas a prática tornava-se inoperante o que fez com que se aprovassem novos regimentos, como os de 1907 e 1909, que, embora aprovados, continuou vigorando o de 1901, que estava inadequado à educação moderna. Em 1914, baixou-se a Portaria nº 4, em 17 de janeiro, que organizou o ensino seriado nos grupos escolares e que, a partir deste ano, ficou dividido em quatro séries. (OLIVEIRA, 2001).

Em 1912, o Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos encaminhou um Relatório ao Secretário da Instrução Pública para registrar a sua visita ao Estado de São Paulo, no qual constatou a ascensão da indústria, o progresso econômico e a

ausência de processos mais modernos usados na Educação, demonstrando uma preocupação com a instrução da população no sentido de empregar métodos modernos na efetivação do ensino. O Paraná pertencia à Comarca de São Paulo, a qual destinava seus investimentos para as regiões mais populosas, e, neste caso, o Paraná saía perdendo, por possuir um vasto território com poucas terras habitadas. (MARTINIÁK, 2007). O que fez com que muitas das suas ações, por dependerem de tais investimentos, fossem inviabilizadas.

Até o início do século XX, a Educação Física era denominada ginástica, mas sua prática estava restrita às escolas do Rio de Janeiro, que era a capital da República, e às escolas militares. Com as ideias liberais influenciadas pela elite brasileira e com a perspectiva higienista, elas continham em seu currículo conteúdos como aquisição de hábitos de higiene e saúde, valorização do desenvolvimento moral e físico. Sua prática pedagógica pautava-se nos métodos europeus de ginástica. Atendia à classe dos privilegiados da sociedade, ou seja, aos filhos da classe dos dirigentes. Seu objetivo era profilático e corretivo. Para a classe dirigente, ela deveria seguir os padrões europeus de retidão do corpo, com requinte, elegância e aspecto saudável. Já para os filhos de ruralistas, a aptidão para o trabalho, educando seu corpo rude, de maus hábitos posturais e preguiçosos, como apontados na segunda seção deste trabalho.

Era uma Educação Física regrada para não assemelhar seus gestos ao movimento de esforços dos trabalhadores. Esta atitude era tomada a fim de que os jovens de origem rural, ao assumirem os cargos na cidade, não demonstrassem ter gestos rudes e grosseiros e, por isso, precisavam aprender gestos refinados. A identidade projetada era de docilizar as atitudes como os europeus. Com relação às mulheres, a ginástica era bem orientada, deveria ser correta para acentuar a beleza, a graciosidade e as virtudes de uma mulher destinada para ser uma boa mãe, como Soares (2002) acentua. E, foi assim que as reformas da Educação para Educação Física foram incluídas nos currículos. (NUNES; RÚBIO, 2008).

A Portaria n. 4, de 17 de janeiro de 1914, emanou as instruções sobre organização escolar e programas de ensino para as escolas públicas do Estado do Paraná, ficando definidos os objetivos e os conteúdos para cada série, bem como determinações para os trabalhos manuais, a ginástica e as aulas de agronomia, que serviam de roteiros para o professor sem formação pedagógica. No ano de 1915, o Código de Ensino 719 oficializou a divisão em quatro séries e adotou o programa

que foi organizado no ano anterior. As escolas rurais e chamadas de escolas ambulantes continuaram seguindo instruções de 1901. (OLIVEIRA, 2005).

No final da Primeira Guerra, o Paraná passava por um importante período que caracterizava o avanço para a clareza da educação popular e das ideias pedagógicas a favor não só da continuidade como do avanço da instrução pública. Nesse período, havia o combate contra os índices de analfabetismo, o qual ocorria em paralelo aos discursos militares sobre a obrigatoriedade e a nacionalização do ensino nos Estados do Sul. (VILLA, 2009).

O ano de 1917 se caracterizou pelo avanço em prol da educação popular no Paraná durante o governo do Dr. Affonso Alves de Camargo, o Presidente do Estado do Paraná, era o segundo ano do quadriênio 1916-1920 de governo. Era considerado um momento grave e melindroso, porque o Brasil estava sendo pressionado pela Alemanha. Pela sequência de atentados à soberania do povo brasileiro, nesse momento, foi declarado o “estado de guerra”, imposto pela Alemanha. Este Estado recebeu muitos imigrantes alemães (PARANÁ, 1918 b).

Durante esta grande Guerra Mundial, o Paraná se envolvera em disputas com o Estado de Santa Catarina pelos limites territoriais.

Neste ano, o Paraná junto com Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, por meio da Lei nº. 3393, de 16 de novembro, com duração até 31 de dezembro, receberam ordens do Governo Federal de cumprimento às instruções sobre segurança interna, com a exigência de identificação dos súditos alemães, passaporte para que pudessem transitar no Estado, este fato ocorreu para evitar qualquer procedimento atentatório ao “estado de guerra”.

Decorrente deste contexto, na busca de documentos para esta pesquisa, foi encontrado um importante registro – o movimento em prol da saúde<sup>5</sup> – cujo objetivo maior do governo era com providências enérgicas (vacinação) contra as enfermidades do período em tela. (PARANÁ, 1918b).

Registra-se que foi ano de elaboração de projetos como o do Código de Processo Civil e Criminal e um ano em que a instrução pública alcançou o seu objetivo do modo animador, por ter sido introduzido o “método analítico” nos diversos grupos escolares do ensino primário. Foi um momento propício para a nacionalização do ensino primário em conjunto com a oficialização da língua

---

<sup>5</sup> Nesse ano, aconteceu a erupção da Epidemia “*thypho*” em Curitiba, por volta de agosto a outubro, o que provocou pânico na população, com a perda de muitas vidas.

portuguesa em todas as escolas brasileiras, juntamente com a padronização das demais disciplinas, com exceção da língua estrangeira, que ficou livre para cada um decidir<sup>6</sup>.

Outra questão abordada foi sobre a Universidade Federal do Paraná, que nesse ano completou o seu quinto ano de existência, formando a primeira turma de bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais, concomitante com a formação em agronomia, farmácia e odontologia. Em 18 de agosto daquele ano, o Gymnasio Paranaense foi equiparado aos seus congêneres ao ser reconhecido pelo governo federal, por meio de Deliberação do Conselho Superior de Ensino. Foi um título de recompensa aos trabalhos realizados pela direção e docentes desse antigo estabelecimento de ensino **secundário**, o qual tem tradição por um passado cheio de serviços para com a instrução do Estado, no qual foi oficializada a Escola Profissional Feminina pelo governo, por meio do Decreto nº. 548, de 08 de agosto de 1918, mantida pelos cofres públicos do Estado (PARANÁ, 1918b).

De acordo com o relatório anual do Sr. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, em seu relatório sobre os feitos de 1917 foi muito proveitoso para a instrução pública devido à efetividade dos seguintes serviços:

- a)- instalação de grupos escolares, com aplicação do methodo analytico e provimento completo do seu material;
- b)- desdobramento dos cursos escolares da capital, com notavel augmento da matricula;
- c)- registro de 42 escolas particulares;
- d)- aparelhamento das escolas que deverão funcionar no ano próximo em Ribeirão Claro, Thomazina e São José da Boa Vista;
- e)- Reparo de diversos edifícios escolares;
- f) – Oficialização da Escola Profissional Feminina;
- g)- reconhecimento da Universidade do Paraná pelos Estados do Mato Grosso e Santa Catarina;
- h)- Equiparação do Gymnasio Paranaense;
- i) - decretação do Código de Ensino remodelado, do regime interno e dos programmas do Grupo Escolar Modelo e Similares, do regimento interno do Gymnário e do regulamento da Escola Professiona. (PARANÁ, 1918 b<sup>7</sup>, p. 20).

---

<sup>6</sup> Em Relação à configuração da língua estrangeira enquanto componente curricular, sugerimos consultar Chaguri (2010).

<sup>7</sup> Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, dirigida pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná, ao instalar-se a 1ª. Sessão da 14ª. Legislatura, em 01/02/1918.

E, finalmente, em 1917, foi aprovado o Código de Ensino nº 17, em 09 de janeiro, que foi assinado pelo Presidente do Estado e pelo Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública.

A instrução pública estava normatizada através do Código de Ensino de 1917, porém já se percebia as dificuldades e a preocupação com o ensino. Conforme a mensagem de 1892 do governador do Estado, a instrução pública não atendia aos objetivos propostos. Dentre as causas do insucesso, responsabiliza os pais que negligenciam a instrução dos filhos, a falta de escolas, a incapacidade dos professores e a ausência de fiscalização. (MARTINIAK, 2007, p. 22).

Um documento importante tanto para a Educação como para a Educação Física foi o Código de Ensino de 1917, em relação a outros códigos de ensino organizados anteriormente e já mencionados. Este foi o que oficializou e solidificou a disciplina, conseguindo aprovar normas para as escolas já existentes por meio da aprovação do Decreto nº. 17, de 09 de janeiro de 1917<sup>8</sup>. (PARANÀ, 1917).

O Código de Ensino já existente, que buscava, por meio de regras, nortear e sistematizar o ensino, foi o **Código de Ensino de 1915**, em que a Educação Física já aparecia como *Gymnástica*, mais especificamente como exercício físico. Vale lembrar que este documento ainda não estava oficializado. Ele já estava constituído pela teoria e embasado em discursos de outros Códigos que foram sendo elaborados desde 1901 e que foram se completando até 1917 (PUCHTA, 2007).

Na estrutura do **Código de Ensino da Educação do Paraná de 1917**, transpareceram os programas e a distribuição do tempo, por meio do Art. nº 55 do **Decreto de Lei nº 17**, que dividiu em quatro séries o ensino primário completo. Os programas eram organizados de acordo com as conclusões mais adiantadas da pedagogia e de acordo com as necessidades da sociedade paranaense seguindo algumas regras, como o item “b” da sexta regra que era específica para a Educação Física ao registrar que, “para todas as series, em commum: - cânticos escolares, exercícios de *Gymnástica*”. (PARANÀ, 1917).

No Código de Ensino de 1917, a Educação Física foi estabelecida em todas as séries como exercícios gymnásticos. Este Código de Ensino paranaense marcou a história da Educação e da Educação Física ao emanar normas para a organização geral do ensino primário.

---

<sup>8</sup> Decreto n. 17, de 09 de janeiro de 1917 – Código do Ensino do Estado do Paraná ou Diário Oficial de 9 de abril de 1917 .

[...] percebemos que a inserção da *Gymnástica* no ensino público primário paranaense destacou o interesse dos políticos do estado do Paraná, preocupados com a formação de cidadãos úteis e de espíritos esclarecidos, formação esta que só seria possível por meio da educação e da constituição de corpos fortes e saudáveis. (PUCHTA, 2007, p. ix).

Enquanto no Paraná o Código de Ensino foi oficializado e emanaram regras para a instrução pública, outra Lei, a de nº 1.700, de 28 de março de 1917, aprovada pelo Decreto de nº 22, em 12 de janeiro, anexou à Diretoria de Obras e Viação da Secretaria de Fazenda os Serviços de Águas e Esgotos. Tais acontecimentos, relatados pelo Presidente Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná e apresentado no Congresso Legislativo do Estado do Paraná por intermédio da Mensagem de nº 17, dirigida durante a instalação da 2ª. Sessão da 13ª Legislatura, em 01/02/1917, dava ciência dos movimentos que ocorreram na época vigente. (PARANA, 1917).

No começo do século XX, o Brasil caminhava em direção às mudanças que haviam ocorrido na Europa após a Primeira Guerra Mundial. Como a Europa deixou de possuir o domínio sobre o mundo, ela ficou ofuscada pelas mudanças provocadas pela guerra e foi decaindo. Assim, segundo apresenta Herold Junior (2007), os problemas sociais e econômicos, como a pobreza, instalaram-se.

A eclosão da Primeira Grande Guerra evidenciou contrariamente aos 'dados científicos' dos estudiosos, que o corpo humano poderia ser explorado de forma nunca antes imaginada para fins que nada tinham de 'naturais'. Por conta disso, entre as precauções da ciência do trabalho europeia e as fórmulas de exploração maximizada de Taylor, a prática produtiva capitalista, historicamente, privilegiou a segunda, sem querer isso dizer que as pesquisas dos especialistas deixassem de existir e que, academicamente, sempre enfatizaram o caráter limitado, equivocado e 'ultrapassado' das ideias e práticas de Taylor. Entretanto, a 'prática' capitalista construída nas bases da aplicação da ciência no desenvolvimento das forças produtivas, recusou os pressupostos das ciências que advogavam uma 'exploração racional', e adotou o cronômetro taylorista como o que havia de mais avançado. (HEROLD JUNIOR, 2007, p. 59).

Na próxima parte desta seção, direcionam-se os olhares para o estudo da Educação Física em relação à saúde, inclusive ao corpo, que passou a ser o objeto de discussão nesse momento.

### 3.2 A Educação Física e o Cuidado com o Corpo

A educação tem como um de seus suportes a saúde que está vinculada à intenção de diferentes grupos do poder. Segundo Funasa (2004), desde a instalação da colônia até a década de 1930, as ações relacionadas à saúde eram desenvolvidas sem muita organização institucional e, no período deste estudo, as informações vêm reafirmar a preocupação com a saúde que assolava toda a sociedade.

É nesse momento que Carlos Chagas, em 14 de fevereiro de 1917, foi nomeado pelo Presidente da República, Venceslau Brás, como diretor do Instituto Oswaldo Cruz. O trabalho dessa instituição se desenvolveu em consonância com o modelo institucional estabelecido por Cruz, no qual as atividades de pesquisa, **ensino** e produção mantiveram-se em estreita vinculação com as demandas da saúde pública. (BRASIL, 2004). Tudo isso, evidenciava a preocupação do Estado em relação ao corpo e à saúde e se utilizou da Educação, em especial da Educação Física, para se estabelecer como instrumento no desenvolvimento da saúde, e até mesmo da sua própria História.

No contexto geral, outro fato demonstra a preocupação com a saúde no período em tela. No ano de 1918, foi criado, por meio do Decreto nº 13.000, de 1 de maio de 1918, o serviço do quinina oficial profilático da malária, serviço este que se destinava aos cuidados dos medicamentos do Estado, necessários ao saneamento no Brasil. Vale destacar que, nessa mesma data, foram iniciadas as atividades do Serviço de Profilaxia Rural, subordinada à Inspetoria de Serviços de Profilaxia, por meio do Decreto nº 13.001 (BRASIL, 2004). A ideia de que o Estado (governantes) estava preocupado com as medidas profiláticas e a higienização do ambiente é reforçada por estas iniciativas.

Foi um ano de grande movimentação em prol da melhoria das relações entre o Governo da União e o Estado do Paraná. O Estado foi visitado por representantes da embaixada italiana, do Cônsul Geral da França; do embaixador inglês e sua respectiva comitiva. Vale destacar que, por meio do Decreto nº 570, de 10 de julho, e do Decreto nº 645, de 12 de agosto, foram reconhecidos os consulados de vários países.

Neste ano, o governo do Estado se envolveu com a saúde da população, dando continuidade ao combate do vírus da Gripe que assolava os paranaenses desde o ano anterior. Com relação à Instrução, a remodelação do ensino avançou com as atenções voltadas para o ensino primário, com o objetivo de formar uma boa base que sustentasse a sociedade em suas manifestações políticas e sociais. (PARANÁ, 1919<sup>9</sup>).

Uma das preocupações da administração da época era com a doença varíola, que começou na cidade de Santos e no litoral do Paraná no final do século XIX, pelo medo de seu contágio e do desenvolvimento da doença. Por isso, foram criadas comissões sanitárias em Paranaguá, Antonina, Morretes e Porto de Cima, para averiguar e controlar a difusão da doença. Inclusive, havia preocupação com a epidemia influenza, mais conhecida como gripe espanhola. (RONCAGLIO; NEUERT; MARTINS, 2001).

No ano de 1918, outro Decreto, o de nº 321, de 19 de abril, aprovou o Regulamento para o Serviço Médico Legal do Paraná. Pelo Diário Oficial de 25 de abril do mesmo ano, esse órgão da imprensa veiculou um momento de grandes mudanças na esfera estadual em relação à saúde da população. Evidencia-se que, em paralelo a este período, a Educação no Estado de São Paulo sofria uma mudança.

A educação do corpo é um marco histórico de grandes proporções que vai além dos limites nacionais que a escola primária apresenta por meio do período em tela, que abrange o recorte temporal desta pesquisa. Para compreendê-la foi analisada por meio dos projetos de escolarização constituídos pelo conjunto de formulações que incluíram as reflexões sobre higiene, saúde, entre outros.

Com base em estudos de Pikosz e Oliveira (2009), nas primeiras décadas do século XX, a educação nos grupos escolares era veiculada por meio do projeto de formação integral da infância brasileira. Os grupos escolares tinham sua afirmação respaldada no modelo em que a retórica se constituía na moralização, na higienização e civilização dos costumes do corpo escolar, sendo a educação um dos elementos mais significativos. A imprensa pedagógica registrava esse processo por meio de correspondências, relatórios, materiais didáticos e nos códigos de ensino de

---

<sup>9</sup> Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná dirigida pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná instalar-se a 2ª. Sessão da 14ª. Legislatura, em 01/02/1919.

instrução pública, que estimulavam os debates sobre o tema e a necessidade do poder público investir conhecimento e recursos na implantação de dispositivos que tivessem como função a educação do corpo dos educandos pela valorização de preceitos higiênicos.

De acordo com a sequência cronológica de apresentação de contribuição de documentos, a mensagem de 1919, que foi entregue ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná por Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná, registra que a Instrução Militar era ministrada com regularidade aos alunos das duas seções do Ginásio, tendo para este fim o local do Internato na sala de armas. Está registrado o aproveitamento notável apresentado pelos alunos nos exercícios militares, comprovando a competência dos instrutores – Tenente Fausto Garriga e Sargento A. Campos. Nesse momento, o Estado dotava um estabelecimento para os alunos internos, que era equiparado ao Colégio Pedro II, visto que o Estado procurava preencher uma lacuna no aparelhamento do ensino público paranaense. Para tanto, o governador resolveu criar o internato do Ginásio Paranaense, o qual foi inaugurado neste mesmo ano, no dia 1º de março. Sendo assim, registra-se mais vestígio do início desta prática no Estado. (PARANÁ, 1919).

Foi um momento de intensas discussões promovidas pelo chamado movimento sanitarista que levou, em 1919, a uma reforma dos serviços sanitários federais, com o propósito de implantar os serviços de saneamento rural. É mais um indício de que, naquele período, as preocupações com o ensino estavam vinculadas, inclusive, a Educação Física (Gymnástica).

De acordo com a “Mensagem de nº. 20” (PARANÁ, 1920) do presidente do Estado do Paraná, Dr. Affonso Alves de Camargo, apresentada ao Congresso Legislativo paranaense, o ano de 1919 foi um ano de acertos de divisões territoriais tanto com Santa Catarina como com o Estado de São Paulo. Portanto, com essas definições, o Estado avançou e ficou livre para futuras conquistas, solução que considerava como secular. Quanto ao ensino, notificou que o ensino primário foi remodelado com métodos novos, utilizando-se na instrução o **método analítico**, sendo divulgado e aproveitado por todo o Estado do Paraná. Essa atitude diminuiu a porcentagem de analfabetos e foi concomitante à organização de grupos escolares, além da criação da escola isolada ambulante e outras subvencionadas pelos Governos Federal e Estadual.

Darróz e Schelbauer (2007) acrescentam que é mister salientar a inclusão do método analítico nas instituições brasileiras. O método enfatiza o trabalho do professor partindo do todo para o específico, ou seja, o professor indica um texto para o aluno ler, em seguida, destaca uma frase, depois frisa a palavra e por meio dela chega-se a sílaba. Foi desta maneira que se estabeleceu o método da palavração racional e lógica na alfabetização. Essa forma tem como base a educação de ouvido e, portanto, a aprendizagem ocorre quando se escuta e se fala. Quando o aluno chega à escola, ele já possui uma linguagem ouvida e falada, precisando associar o som à grafia. É mediante esse movimento de aprendizagem proporcionado pelo método analítico que se organizaram as Cartilhas.

Na Educação Física, o ensino era o militar.

Além do ensino militar obrigatório, o Gymnasio manteve durante o ano um curso gymnastica dirigido pelos instructores militares. – Para este fim foi construído no parque um vasto pavilhão dotado de aparelhos de gymnastica, taes como barras fixas, paralelas, escadas, argolas, caixas de salto e massas para exercicios manuais. (PARANÁ, 1920<sup>10</sup>, p. 31).

A construção desse vasto pavilhão aparelhado com os mais diferentes instrumentos de ginástica passou a ser modelo para outras construções de acordo com o avanço da urbanização e a multiplicação deste ensino. Consta no Relatório oficial de 1921 que a reforma de ensino no Paraná iniciou-se em 1920, pautada em base racional e tendo como objetivo o produto, isto é, o foco na fábrica ou na empresa. A escola se constituía pela sua eficiência, inclusive de seus mestres. As escolas estavam construídas em locais em que se concentravam maior número de população em idade escolar, ajustando os programas e horários e, assim, impedindo a transferência de professores durante o período letivo. O uso de uniformes escolares e livros didáticos foram adotados. Esta organização estava inserida na forma de estruturação do sistema escolar do ensino primário e da escola normal (MIGUEL, 1997).

Nesse ano, a Reforma Educacional, em que Sampaio Dória tentou reconduzir a Educação para novos métodos de ensino no país, configurou um percentual de analfabetos (refere-se a todas as idades) de 75% e, na população de 15 anos, 65%

---

<sup>10</sup> Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná ao instalar-se a 1ª. Sessão da 15ª. Legislatura, em 01/02/1920.

com problemas na Saúde. A Reforma de Carlos Chagas foi o marco principal da evolução sanitária brasileira quando reorganizou os serviços de saúde pública, criando o Departamento Nacional da Saúde Pública. A regulamentação desse diploma legal foi discutida para sua substituição e modificação até 1923, quando se publicou o Decreto que vigorou como regulamento Sanitário Federal por muitos anos. O Departamento Nacional de Saúde Pública foi regulamentado por meio do Decreto de nº 3. 987, de 02 de janeiro de 1920. Esse regulamento foi aprovado em substituição ao Decreto nº 14.189, de 26 de maio, e pelo Decreto de nº 14.354, de 15 de setembro de 1920. (FUNASA, 2004).

Na retratação do quadro desse período, registrou-se a presença da Educação Física em desenvolvimento, enquanto, no cenário nacional, Marinho (1952) registra algumas publicações, como a de J. B Gonzaga Filho, editado em Lisboa. No Rio de Janeiro, foi publicado o **Guia Prático de Educação Física**, de Arnaldo Guinle. Ainda no Rio, encontra-se a obra de Mário Polo, **Jogos Ginásticos Escolares**. E, em São Paulo, a de Ernani Joppert, que foi publicada em três livros, sendo dois deles de Fernando de Azevedo acerca da **Educação Física, de Pedro Dias Campos e Antinous em São Paulo**. Além disso, destaca-se a obra de Odilon Pentead do Amaral, e, por último, nesse ano o livro de Ambrósio Torres, **A Educação Física como Base da Educação Integral**, demonstrando os movimentos que aconteciam em relação a essa área e apresenta os interesses nas leituras específicas do tema, o que é um grande avanço para a constituição da disciplina.

Nesse ano, foi autorizada ao Poder Executivo. a organização do Arquivo Público, que foi uma grande iniciativa, por ser uma fonte de amplitude, no qual estão arquivadas cópias de uma grande quantidade de documentos oficiais que, desde então, estão disponíveis para estudos como este.

Outra medida de importância foi a criação do Almocharifado Geral do Estado, por meio da Lei nº 1.937, de 16 de março de 1920, publicada no Diário Oficial de 22 do mesmo mês e ano. A Secretária Geral do Estado ficou responsável pela publicação do Diário Oficial, por intermédio da Lei de nº 1.967, de 31 de março de 1920, publicada no dia 09 de abril de 1920, instrumento de grande valor organizacional para a sociedade. Inclusive as medidas para melhorar estes registros oficiais são de valia para atender às necessidades dos pesquisadores interessados em todo e qualquer registro oficial e para servir de anteparo ou base para todo trabalho que precisa da memória histórica.

No ano de 1920, passaram a vigorar alguns Projetos de Organização da Educação e começaram a referendar os estudos localizados sobre a Educação. Merece destaque a Constituição de 1888, que designava que cabia à União legislar sobre o ensino superior na capital da República, sendo de sua responsabilidade criar instituições de ensino secundário nos estados e promover a instrução no Distrito Federal. Ficou designado que aos Estados era permitido organizar os sistemas escolares complementares, dando autonomia e sem condições operacionais e materiais, como ocorreram no caso dos projetos. (MAGALHÃES, 2007).

Sendo assim, no tratamento sobre a Educação na Primeira República, é quase inevitável que os estudos façam recorrência aos materiais e testemunhos da História da Educação, cujas fontes escritas: relatórios, leis educacionais, etc, nos levam a uma aproximação entre a análise macro-estrutural e as suas sínteses explicativas, e, de certa forma, aos processos individuais expressos nas reformas de Sampaio Dória (1920). Inicialmente, cabe lembrar que as condições econômicas, sociais e políticas em que, objetivamente, se instalou a República nos 'estados' e nos 'municípios', não mudaram de uma hora para outra, apesar da mudança do regime político-administrativo em âmbito nacional. (MAGALHÃES, 2007, p. 4).

A Educação Física mudou para atender aos interesses do momento, como Soares (1994) esclarece que os movimentos ginásticos do método francês eram:

Orientados para o desenvolvimento físico e para saúde, o que se evidencia é que esse método ginástico convém à burguesia, porque trazem marcadamente, a possibilidade de enaltecer o indivíduo abstrato, descolado das relações sociais, e são porta-vozes de uma prática neutra, cultuando ainda o 'mito do homem natural e biológico'. (SOARES, 1994, p. 67).

A autora acrescenta que o método francês foi trazido ao Brasil com uma função: ministrar instrução militar à força Pública de São Paulo, motivo pelo qual se fundou uma "sala de armas", que deu origem, mais tarde, à Escola de Educação Física do Estado de São Paulo.

O método de ginástica francês substituiu o método alemão, já definido na seção anterior, e foi adotado no Brasil em 1921, por meio do Decreto nº 14.784, que, em seu artigo 41, consta que, enquanto não for definido um método nacional de Educação Física, fica adotado para o território brasileiro o Método Francês como Regulamento Geral de Educação Física. Atribui-se ao método sueco uma

adequação aos estabelecimentos de ensino, pelo seu caráter pedagógico e, enquanto não se criasse o Método Nacional de Educação Física, adotava-se o método francês no Regulamento Geral da Educação Física. (GAIO; GÓIS, 2006).

O poder executivo foi autorizado a reformar a Repartição Central de Polícia e a expedição de novo regulamento, por meio da Lei nº 2.063, de 31 de março de 1921, publicado no Diário Oficial do dia 09 de abril de 1921. Neste ano, o método alemão foi substituído oficialmente no Brasil em 27 de abril do ano de 1921, pelo Decreto nº 14.784, que aprovou o **Regulamento de Instrução Física e Militar**, destinado a todas as armas, assinado pelo presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, excelentíssimo senhor Epitácio Pessoa, ao fazer uso das atribuições que lhe conferiam o art. 48, nº 1 da Constituição, o qual foi assinado pelo Dr. João Pandiá Calógeras, Ministro da Guerra. Esse Decreto foi e é de grande utilidade para os pesquisadores da Educação Física, porque traz em seu bojo toda uma caracterização de como era a Educação Física (ginástica), demonstrando quando o exercício físico militar chegou ao Brasil e se tornou a base do treinamento militar internacional. Nesse ano, as referidas ginásticas sofreram um golpe fatal, quando da aprovação do referido Regulamento de Instrução Física Militar inspirado na ginástica francesa. (SOARES, 2003).

Destaca-se o Decreto nº 14.784, de 27 de abril de 1921, que se tornou uma fonte de relevância, ao aprovar o Regulamento de Instrução Física Militar no Brasil, que se “[...] baseia nas leis *physiologicas* que regulam o crescimento e o desenvolvimento do homem e nos methods preconizados em França para a preparação *physica* dos soldados”. (BRASIL, 1921, p. 1). O método Natural de Hébert, seguido por este Regulamento, teve bons resultados na Europa, e se acreditou que, no Brasil, tanto no trabalho com crianças até 16 anos quanto com adultos seria uma boa medida para resolver, inclusive o treinamento do exército, a preparação física dos soldados.

Este Regulamento está calcado no método natural de Georges Hébert (MARINHO, 1952). Nesse projeto, ele promovia a qualidade do movimento, a resistência orgânica, muscularidade e velocidade, no sentido de pular, de andar, correr, movimento quadrúpede, escalar, equilibrar, arremessar, levantar, defender e nadar. Fisiologicamente, significa ter energia, ter força de vontade, coragem, frieza e firmeza. Moralmente, a educação por elevação de emoções de maneira útil e benéfica. As ideias de Hébert se inserem no movimento pedagógico do início do

século XX, no qual se encontram o globalismo de Decroly, o sincretismo de Claparède, entre outros que tinham reagido contra as pedagogias e psicologias analíticas.

A classificação separava os elementos em dois grupos: os médios e os fortes. Submeter ao método racional constituía o ato preliminar de toda a instrução física que dependia de um duplo exame: primeiro o médico e segundo o físico<sup>11</sup>. O método da instrução física tinha, precisamente, por objeto, o aperfeiçoamento da instrução do recruta e aumento do seu valor intrínseco. Como a avaliação com esse método teve resultados excelentes, houve o interesse em aplicá-lo no Brasil, tanto para crianças até 16 anos como para os adultos. Como os soldados não tinham recebido Educação Física antes da incorporação, eles tiveram que começar com exercícios dosados e com atenção especial. No período inicial do treinamento, a duração das sessões foi variável à aptidão física dos indivíduos. Tornou-se uma verdadeira preparação física para o Serviço Militar (CD. Decreto de nº 14.784/21). Esse método substituiu o método alemão e definiu a Educação Física entre militares e civis. (SOARES, 2000).

Convém deixar registrado que a opção feita pelo método francês, segundo Goellner (1992), ocorreu pelo aporte teórico-metodológico, pelo qual o referido princípio estava voltado para a formação do soldado e do trabalhador produtivo. A orientação desse método tem como base uma matriz biológica e o respaldo da abordagem positiva de ciência, no qual o movimento humano está compreendido em seu caráter anátomo-mecânico e os dois sexos são caracterizados pela dimensão biológica.

Era caracterizado, até as três primeiras décadas do século XX, como um projeto de intervenção social de acordo com o movimento realizado pelos higienistas e as definições de novos padrões de saúde. Além disso, incluíam-se as preocupações com a infância, como o nascimento, a lactação, banhos, asseio corporal, vestuários; preocupações com a vida doméstica, em relação à saúde e ao papel social da mulher, limpeza, prevenção de doenças e vícios como o álcool e o jogo; e preocupações com o espaço público, a questão da urbanização, a ordem, o combate à propagação das moléstias e epidemias. Tudo isso formava um conjunto

---

<sup>11</sup> Colaboração mútua do médico e do instrutor, fazia-se necessária.

sobre o que se poderia fazer em prol da saúde individual e social (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009).

A higienização passava pela educação do corpo nas escolas, por meio dos exercícios físicos, ginástica, canto, jogos e conhecimentos sobre o corpo e seu funcionamento. Muitos desses saberes, considerados sociais, somaram-se na constituição da Educação Física como área de conhecimento no Brasil. Foi uma cruzada higiênica que mobilizou médicos, educadores, engenheiros e os que estavam ligados à instrução pública. Para Pykoz e Oliveira (2009), a partir disto, foi crescente o movimento pela renovação pedagógica que encontrava suporte propício pelas vias biológicas, psicológicas e antropológicas e a higiene como corpo doutrinário que ganhara espaço no âmbito escolar, inclusive nas escolas normais.

Numa demonstração do vínculo enfatizado pelas necessidades que assolavam a sociedade, tais como: as doenças, a guerra, higiene, o trabalho produtivo entre outros, o corpo humano era o foco em relação à saúde e à educação, em diferentes pontos de asserções, como foi visto nos documentos encontrados.

### 3.3 Organização da Educação Física no Paraná

No Paraná, foi instituída a Reforma Carlos Chagas, que ampliou as atividades de cooperação com os Estados, por meio da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural, estabelecidas pelo Decreto nº 15.003, de 15 de setembro de 1921 (FUNASA, 2004). Neste ano, a ginástica era por meio de **exercícios calistênicos, marchas, corridas ou marchas, jogos gymnásticos, exercícios militares** para homens no Programa dos Grupos Escolares do Paraná e, com base nele, foram estabelecidos os Programas dos Grupos Escolares do Paraná de 1921.

Com a Reforma Carlos Chagas, um novo marco importante na reorganização dos serviços de saúde pública foi criado: o Departamento Nacional de Saúde Pública, por meio do Decreto nº. 3.987, de janeiro de 1920, que aprovou o regulamento para o Departamento Nacional de Saúde Pública. A Regulamentação do serviço foi pela publicação do Decreto em 1923 e passou a ser um Regulamento Sanitário Federal por muito tempo. (BRASIL, 2004).

A Portaria do Ministério da Guerra, de 10 de janeiro de 1922, criou o Centro Militar de Educação Física, cujo objetivo era dirigir, coordenar e difundir o novo método de Educação Física e suas aplicações desportivas. (CASTELLANI FILHO, 1988).

Durante essas ocorrências, os registros de organização da Educação Física no país ocorriam com base na Portaria de 1º de janeiro de 1922, que instituiu o Centro Militar de Educação Física pelo então Ministro da Guerra; e, em 10 de janeiro de 1922, baixou Portaria, publicada no Boletim de nº 453, em que, pela primeira vez na História do Brasil, cogitou-se a organização de um centro de preparo para aqueles que desejassem ser misteres da Educação Física. (MARINHO, 1952). Essa portaria estabelecia, entre outras coisas:

1º - O Centro Militar de Educação Física destina-se a dirigir, a coordenar e difundir o novo método de Educação Física militar e suas aplicações desportivas:

2º - A instrução do C.M.E.F. compreende três cursos:

- a) Curso de Educação Física para oficiais (1ºs, 2ºs e 3ºs tenentes);
- b) Cursos de Educação Física para Sargentos (1ºs, 2ºs e 3ºs sargentos dos corpos de tropa);
- c) Curso de demonstração para oficiais (capitães, Majores e Tenentes-coronéis). (MARINHO, 1952, p. 53).

Cabe aqui ressaltar a atenção dada à organização da Educação Física pelo Dr. Jorge de Moraes, deputado do Estado do Amazonas na tribuna da Câmara dos Deputados, que defendeu o projeto da efetividade da Educação Física com duas escolas de Educação Física, uma seria para os civis e a outra para os militares, o que já traz a ideia de cursos de Educação Física. (OLIVEIRA, 1986). No Paraná, após a Proclamação da República, continuavam outras tentativas de organização da Instrução Pública paralela ao movimento de inspeção escolar, enquanto outros documentos foram publicados, como a Lei nº 2.098, de 25 de março de 1922, que autorizou o Poder Executivo a restabelecer o funcionamento do Instituto Comercial de Paranaguá. A Lei nº. 2.117, de 25 de março autorizou a reorganização do Arquivo Público e a sessão de contabilidade. (PARANÁ, 1922<sup>12</sup>). Toda essa organização garantiu à história a base da organização do Estado, bem como os elementos necessários para a pesquisa histórica. O Relatório do Inspetor de Geral de Ensino

• <sup>12</sup> . Seleção Cronológica\_de\_Leis,\_Decretos\_e\_Regulamentos do Paraná ...

ao Secretário do Governo Marins Alves de Camargo solicitava ao Governador do Estado que o Código de Ensino precisava de novas leis, regulamentos diversos, instituição de novos direitos e deveres que não existiam antes no Código de Ensino em vigência e, para tanto, sugeria a elaboração de um projeto de lei para novo código de ensino ao Congresso, de acordo com as ideias que presidiam a reforma de ensino. (PARANÁ, 1921). Este documento é uma demonstração do movimento em prol da melhoria da organização do ensino.

Em 1921, quando Cesar Pietro Martinez, inspetor Geral de Ensino, no início de seu mandato, diagnosticou problemas na instrução pública do Estado, juntamente com Júlia Wanderley, professora reconhecida no magistério pelos seus feitos na instrução primária e na escola normal, enfatizou a importância de não se descuidar do aspecto físico na educação primária desenvolvida no Paraná, foi adotada a utilização do método de exercícios físicos do escotismo, elaborado por Aristóteles Xavier. (PUCHTA, 2007).

É, por isso, que se fez necessário esclarecer que Cesar Prieto Martinez inspetor de ensino, em seu relatório ao secretário Geral do Estado deu continuidade ao plano de reforma iniciado desde 1920. Durante os anos de 1921 e 1922, conseguiu aumentar o número de alunos nos estabelecimentos de ensino público, o que resolveu em parte o problema da alfabetização. (PARANÁ,1922). Nesse ínterim, a Educação Física ficou a cargo do tenente Aristóteles Xavier, que iniciou esse trabalho e foi indicado como um profissional com a função específica, ou seja, para a área da Educação Física. Foi designado pelo Decreto nº 148, de 06 de fevereiro de 1922, o 1º Tenente Aristóteles Xavier, um devotado componente oficial da Melícia do Estado, que não media esforços em prol dos exercícios ginásticos e do escotismo, ministrando as aulas para os alunos dos Grupos Escolares da Capital. (PUCHATA,2007).

Para entendimento sobre o método do escotismo, Puchta (2007) acrescenta que o escotismo foi criado pelo inglês Robert Stephenson Baden Powel<sup>13</sup>, utilizando como meio a educação moral e cívica para incutir nos iniciantes do escotismo o sentimento de amor a Pátria. Neste ensino, a Educação Física era trabalhada com a preocupação voltada para a saúde.

---

<sup>13</sup> Por volta de 1927.

Essa contribuição foi um fato fundamental para esta pesquisa, porque registrou uma inovação no ensino da ginástica. Relata um trabalho cuja realização durou sete meses, junto a 2000 crianças dos grupos escolares da capital. Este trabalho constituiu-se em um treinamento de exercícios ginásticos e exercícios calistênicos, que deveriam ser exibidos por ocasião das comemorações da Independência Política. O 2º sargento, em substituição ao 1º tenente que foi responsável pela organização dos exercícios ginásticos, contou com a ajuda dos próprios alunos, que se tornaram monitores. Os selecionados monitores ficaram constituídos em ordem ascendente: monitores de patrulha, monitores de classe e monitores chefes. Em cada patrulha de sete alunos, havia um chefe; para cada classe do grupo, um monitor de classe e, em cada grupo Escolar, um monitor chefe. Esta organização teve como base a organização escotista. (PARANÁ, 1922).

Outras informações deste relato que contribuem para o entendimento do referido trabalho foram dificuldades encontradas pelo profissional no desempenho da função:

1ª A má compreensão de muitos pais, alguns dos quaes chegaram a retirar os filhos dos estabelecimentos para não fazerem exercícios *physicos!* Uns diziam não terem seus filhos para serem soldados (!), outros me mandavam recados pelos próprios filhos, dizendo-me estarem elles na escola para aprenderem a fazer contas (*sic*) e outras parvoíces [...]

2ª Até o penúltimo mez trabalhei sozinho em 11 grupos e na escola intermediária, desenvolvendo uma aula por semana para cada estabelecimento. (PARANÁ, 1922, p. 72).

O método de trabalho constituía em treinamento repetitivo das lições dadas pelo instrutor, mas havia pouco resultado, porque, segundo o instrutor, não havia a contribuição do professorado, que, em geral, era composto por senhoras não hábeis para ministrar Educação Física, falha oriunda, talvez, da própria Educação Física da Escola Normal.

Com a falta de pessoas para desenvolver o trabalho, o instrutor resolveu contar com a ajuda dos próprios alunos, nomeando “os mais capazes” como monitores. Outro quesito interessante na organização das turmas foi os exames realizados para selecionar as crianças, diferente dos professores regentes que trabalhavam a Educação Física de acordo com a turma ou classe, o instrutor separava-os segundo suas notas. Este exame ginástico era realizado com todas as crianças no valor de cinco pontos (nota máxima), aqueles que atingissem essa nota

eram colocados na 1ª classe, caso atingissem a quatro pontos eram colocados na 2ª classe, na 3ª classe, aqueles que atingissem média inferior a quatro pontos. (PARANÁ, 1922). Para esta avaliação, realizaram-se programas de exames individuais que foram assim constituídos:

- a) Posição inicial e de descanso;
- b) Voltas;
- c) Marchas;
- d) Série de Gymnástica (4 séries).

Vozes: Descansar! Sentido! Oitava à direita – volver! Oitava à esquerda – volver! Esquerda volver! Direita – volver! Meia volta – volver! Marcar passo! Alto! Ordinário – marche! Alto! Ordinário – marche! 1ª, 2ª, 3ª, 4ª série de gymnástica! Começar! Retomar os intervalos – marche! (o aluno deverá saber trocar passo e alinhar-se). (PARANÁ, 1922, p. 78).

Esses comandos ficaram registrados na Educação Física, já que, até hoje, é visto e se ouve falar não com essa intenção registrada, mas como parte de uma atividade física, por exemplo, em uma série de ginástica.

Inserir a organização dos escoteiros associada ao ensino da gymnastica contribuiu para a aplicação de uma atividade ainda mais militarizada. Uma das principais influências que a educação militar proporcionava era a promoção de hábitos de disciplina. A necessidade de estabelecer consensos quanto à importância do respeito às regras formava nas crianças uma espécie de 'unidade de doutrina'. (PUCHTA, 2007, p. 88).

Em 24 de maio de 1923, foi aprovado o regulamento que oficializou o escotismo na Instrução Pública, por meio do Decreto nº 2496, solicitado pelo 2º Tenente instrutor Geral de Ginástica ao Secretário Geral de Estado. (PARANÁ, 1922).

A utilização do método do escotismo faz recordar que a Educação Física teve e tem esta questão de filas e colunas como os militares. Por isso buscaram explicações do por que do escotismo nesse momento no Paraná. Rabelo (2011) esclarece que esse método de trabalho, considerado como um meio de realizar uma educação extraescolar, significando diversas atividades realizadas fora do contexto escolar, é considerado como atividade complementar. Este método surgiu num momento em que a educação, em um contexto maior, conclamava por um novo modelo em muitos lugares do planeta. Tinha como objetivo levar os jovens a se

transformarem em cidadãos com qualidades morais e éticas, responsáveis pelas suas atitudes, inclusive em relação a seus deveres para com seu grupo e para com a sociedade. Recebeu influências do método de Maria Montessori, que tinha como base o intuito de balizar o caráter experimental da natureza da criança, enfatizar as atividades sensório-motoras, desenvolver-se por intermédio de exercícios da vida prática, além do pragmatismo norte-americano. No Brasil, ele começou a ser aplicado por volta de 1909.

Com o propósito de mostrar a importância do método do escotismo, foi utilizado nas aulas de Educação Física, em especial nos grupos da capital, e se configurou como uma prática educativa que estava dando certo no início do século XX, um processo de renovação pedagógica na Europa e nos Estados Unidos. Embora se caracterize como extraescolar, o escotismo fundamenta-se em princípios educacionais que procuravam conferir novos contornos à educação formal, por meio do método indutivo propalado por Pestalozzi. (RABELO, 2011).

Puchta (2007) fez análise do envolvimento do método do escotismo com as aulas de Educação Física realizadas nos Grupos Escolares da Capital, por um militar, Aristóteles Xavier, cujo título é **Methodo práctico para organizar um núcleo de escoteiros adequado ao ensino da Gymnastica moderna**, de 1923.

De acordo com Herold Junior (2011), o escotismo quando citado na história da educação, relacionado a algum estudo, é acatado com base na questão da Educação Física no contexto paranaense, fato em que é debatido na construção dos sistemas nacionais de ensino que ocorreram do final do século XIX e início do século XX.

Foram aprovados alguns documentos oficiais que se encontram Seleção Cronológica de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná (1853-2002), entre eles os que restabeleceram a Diretoria do Contencioso, subordinada à Secretaria Geral do Estado, por meio da Lei de nº 2.245, de 24 de março de 1924. A Lei de nº 2.251, de 24 de março de 1924, criou a Diretoria do Serviço de Água e Esgotos. A Lei que autorizou o Governo a regular novamente a Guarda Cívica foi a Lei de nº 2.269, de 26 de março de 1924. O Poder Executivo procedeu a alterações na Força Militar do Estado (PARANÁ, 1980) para conseguir avançar, acatando as necessidades regionais do Estado. A aprovação destes documentos oficiais mostra a preocupação em regulamentar a organização do Estado.

Na mensagem de Governo de 1924, destacou-se um avanço no sentido de darem condições ao desempenho da Educação Física das crianças, para tanto se contratou uma professora de Ginástica para atuar na formação das normalistas da Escola Normal Secundária, cujas alunas passaram a receber, com aproveitamento, as lições e exercícios (PARANÁ, 1924).

Na mensagem de Governo de 1925, o Governo do Estado do Paraná teve como preocupação, entre 1924 e 1925, a extinção do analfabetismo no Estado que era o magno problema da Instrução. Portanto, com uma atenção maior e um interesse mais acentuado, o Governo do Estado do Paraná já passara a atender ao ensino primário, ao secundário e ao normal, essas modalidades de ensino eram incentivadas e auxiliadas com materiais e moralmente. O ensino superior promovia o ensino profissional. (PARANÁ, 1925a).

O período de 1926 a 1927, de acordo com a Mensagem de Governo de 1927, foi um período no qual o Estado do Paraná teve um desenvolvimento notável, especialmente no que se refere ao setor administrativo, por suas realizações, entre as quais se destacaram: a construção do Leprosário São Roque e o Asilo de Mendicidade; os prédios destinados à Coletoria, ao Instituto e à Junta Comercial; foram inauguradas, na Villa dos funcionários do Paraná em Curitiba, instalações de mais dispensários e Inspetorias de Profilaxia; conclusão da estrada de rodagem na região norte paranaense; assinatura do contrato para melhoria do porto Paranaguá; grupos escolares em diversos locais, sem esquecer o saldo favorável ao Tesouro, revelando a situação próspera da situação financeira e econômica do Estado do Paraná. (PARANÁ, 1927).

#### **3.4. A Educação Física nas Conferências de Educação**

No período de 19 a 23 de dezembro de 1927, foi realizado a I Conferência Nacional de Educação em Curitiba/PR. Foi um marco histórico para a educação nacional e para a educação paranaense, coroando os embates que ocorriam entre os intelectuais, professores e estudiosos da área.

Lysimaco Costa organizou e dirigiu a *Primeira Conferência Nacional de Educação* realizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, de 19 a 23 de dezembro de 1927. Idealizada pela ABE, trouxe representantes de vários Estados do Brasil. A idéia de uma Conferência Nacional de Educação no Estado do Paraná foi de Fernando Magalhães, Presidente da Associação Brasileira de Educação no período. De acordo com Magalhães, os integrantes da ABE sentiam a necessidade de levar ao conhecimento de outros estados o trabalho da Associação. (PADIAL, 2008, p. 77).

O relatório deste evento foi organizado por Costa, Shena e Schimidt (1997) e publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP) em parceria com os seus organizadores – Secretária da Cultura do Paraná, a Fundação Lysímaco Ferreira da Costa e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). O Relatório contém 111 teses, apresentadas na referida Conferência, além dos registros da Ata de abertura e sessão de encerramento dos trabalhos desenvolvidos pelas comissões.

As teses foram agrupadas em temas: a unidade nacional; educação; política e voto; a organização do ensino; educação e questões femininas; higiene e educação sexual; pedagogia. De acordo com Maria Helena Guimarães de Castro, Secretária de Avaliação e Informação Educacional do INEP, grande parte dessas teses receberam pareceres e 14 delas não foram localizadas. Os pareceres estão sendo publicados a partir da página 667 do documento intitulado **A I Conferência Nacional**. Não foram encontradas todas as teses, ficando as de nº 20 e 106 sem os pareceres.(COSTA; SHENA; SCHIMIDT, 1997).

A Conferência Nacional de Educação foi um espaço democrático aberto pelo poder público para que todos pudessem participar do desenvolvimento educacional nacional. Em 1927, teria que ter acontecido nos estados do norte, porém foi realizada no Paraná, em sua capital, a cidade de Curitiba, entre os dias 19 a 23 de dezembro daquele ano, coincidindo a data de abertura com a data de emancipação política do Estado. Esta Conferência foi um feito de renome, por possibilitar um conagraamento de forças em prol do ensino no Brasil.

Entre as 112 teses que constituíram a I Conferência Nacional da Educação, a tese de nº 31, cujo título era **Metodologia do Ensino da Educação Física**, de Ambrósio Torres, do Rio de Janeiro, que se inicia na página 178, comprova o registro do trabalho na área da Educação Física, que faz a divulgação de uma proposta para ser estudada pelos profissionais da área. A referida tese está

organizada em temáticas, das quais se destacam: educação física; ginástica educativa (a ginástica pedagógica; a ginástica médica); a euritmia dos exercícios; cultura física; cultura esportiva e cultura atlética; assistência médico-escolar e antropometria escolar. (COSTA; SHENA; SCHIMIDT, 1997).

Com relação à tese **Metodologia do Ensino da Educação Física**, de Ambrósio Torres, registram-se alguns indicativos que se encontram na sua conclusão, pela qual o autor instrui a forma como a Educação Física deveria ser encaminhada.

- 1) É um dever de patriotismo procurar, por todos os meios e modos, dotar o País de métodos de Educação Física moldados em padrões puramente nacionais.
- 2) A Educação Física a ser ensinada nas escolas deve ser sempre com moderação e de forma racional, não se perdendo de vista os fatores mesológicos, sexo, idade, desenvolvimento físico e condições individuais dos alunos.
- 3) A ginástica educativa, como base da Educação Física, deve ser compreendida como ginástica respiratória, pedagógica e médica, levando-se sempre em consideração a coordenação e ordem crescente dos movimentos, os quais devem ser alternados por séries de exercícios respiratórios.
- 4) Sendo a função respiratória condição vital para o organismo, a ginástica respiratória deve constituir o ABC da Educação Física.
- 5) Aulas de exercícios físicos não deverão passar de 30 minutos para as crianças de 6 a 9 anos, de 40 minutos para as de 10 a 12 anos, de 50 minutos para os adolescentes de 13 anos para cima, devendo-se ainda, em todos os casos, dividir o tempo em duas partes: uma para os exercícios propriamente ditos e outra para os jogos recreativos e esportivos, que são de grande valor educativo para a criança.
- 6) Para evitar a fadiga muscular e o cansaço cerebral, os exercícios devem ser ensinados com moderação e ritmo, tanto quanto possível, devendo ser condenado o uso do apito, as séries de movimentos muito numerosas e os exercícios de barra fixa, barra paralela, argolas e trapézio.
- 7) A cultura esportiva e atlética deve ser considerada como ensino de grau secundário e superior da Educação Física, só podendo ser praticada por indivíduos que já tenham atingido a idade correspondente. Precisa ser abolida por completo dos colégios e ginásios a prática de atletismo pelos rapazes e a dos esportes pelas crianças.
- 8) A aula de Educação Física deverá ser superintendida pelo médico escolar, para efeito de observações médicas, não se devendo submeter os alunos aos exercícios físicos sem a devida prescrição.
- 9) As mensurações antropométricas devem constituir valioso auxiliar para a verificação do aproveitamento do aluno, quer determinando o coeficiente de robustez de acordo com a fórmula de Pinet, quer pelo aumento da força, peso, capacidade pulmonar e expansão torácica.

10) Para determinação do perímetro torácico, deve-se tomar por base a linha axilar para as moças de mais de 12 anos e a linha xifoidiana para as crianças de ambos os sexos até 11 anos, rapazes e adultos. (COSTA; SHENA; SCHIMIDT, 1997).

Esta tese vem demonstrar o embate que assolava o contexto de estudos dos intelectuais que buscavam esclarecimentos a respeito das temáticas que a Educação necessitava esclarecer no contexto de sua prática. Com relação à Educação Física, a questão do discurso daquele momento era o seu método de ensino. Nessa tese, o professor Ambrósio Torres defende a implantação de um método de Educação Física que enfatize os aspectos nacionalistas, discute a implantação pedagógica do ensino da Educação Física e do esporte na escola. Nessa tese, a ginástica tem a fase respiratória, a preparatória e de aplicação e o esporte tem a fase recreativa, a esportiva e a atlética. Assim eram as indicações para a prescrição da Educação Física Escolar.

O Dr. Affonso Alves de Camargo, em seu Relatório do ano de 1929, mencionou que se esforçou para combater o analfabetismo, como disse em seu discurso de início de mandato. Ele ainda salientou que iria difundir a Instrução, por querer que cada administrador visse em cada escola um templo, no qual se cultuava a família e a Pátria e se procurava formar, em cada um, um cidadão consciente de seus deveres cívicos e do real valor de nacionalidade. Para o combate ao analfabetismo, criaram-se diversas escolas, espalhadas pelo território paranaense de acordo com a necessidade da população. Com relação à Educação Física, relatou que, além dos exercícios militares, todos os alunos matriculados tinham aulas de ginástica pelo método em evidência. (PARANÁ, 1929).

O ano de 1929 foi um ano de eleições presidenciais no Brasil, com intenso movimento de atividades políticas que agitavam a nacionalidade de maneira salutar. Existiam duas candidaturas à direção do país para substituir o Presidente Washington Luiz, que tinha a gratidão nacional pelo excelente trabalho prestado à República, que lançou e apoiou o nome de Júlio Prestes de Albuquerque, que era governador do Estado de São Paulo. Contrapondo-se às forças políticas dominantes no país, foi lançada a candidatura do ilustre brasileiro Getúlio Vargas, governador do Estado do Rio Grande do Sul. E, assim, a sociedade elegeu seu representante e dele esperavam-se mudanças efetivas em todos os aspectos, não só políticos, mas econômicos, educacionais, entre outros. (PARANÁ, 1930).

Padial (2008) revela que a década de 30 do século XX apresentou-se como um momento de entendimento das transformações históricas tanto na política e na economia como no social. Tais transformações promoveram mudanças na educação das classes populares na sociedade brasileira, marcando o processo da democratização do ensino. Desencadearam-se mudanças nas relações de trabalho advindas das indústrias automáticas, repercutindo nos discursos nacionais. Ênfase nas condições políticas, econômicas, sociais e educacionais no Brasil e do Paraná, inclusive nas relações com a organização da instrução pública de ensino para as classes populares eram tidas como pautas de discussão do período.

Para Nunes e Rúbio (2008), foi a partir das sucessivas reformas educacionais que a Educação Física foi gradativamente sendo incluída nos currículos de alguns Estados do Brasil e foi tornando-se obrigatória em toda Federação no final dos anos 1930.

Pode-se afirmar que os Governos republicanos, ao realizarem as primeiras reformas nas primeiras décadas do século XX, pouco alteraram a escola pública (BRASIL, 1997). Porém foi fortalecido o embate em prol da solução dos problemas relacionados à educação e foram sendo elaboradas propostas de ensino oficial. No caminho de definir uma proposta modelo, foram minimizadas as escolas anarquistas por terem currículos e métodos próprios de ensinar e por sua origem nos movimentos de lutas classistas, como a da Revolução Francesa em Paris.

Para se posicionar em relação à sociedade do final da década de 1930, Chaves Junior (2004) registra que não se trata de mera coincidência o aparecimento da Educação Física no decorrer da história de ensino, de revistas especializadas em saúde, higiene e Educação Física entre os médicos, os educadores, os engenheiros, professores e instituições como o exército, a igreja, a escola e os hospitais. Foi como uma tomada de consciência, na qual houve um trabalho conjunto de repensar a sociedade e, para transformá-la, passou necessariamente pelo trato do corpo, como se fosse um recurso para se alcançar toda a integridade do ser humano.

Para um entendimento das transformações que ocorreram no referido período, é preciso se referir aos investimentos do governo do Estado do Paraná durante a Primeira República. Observa-se, nos registros de Oliveira (2006), que, depois da Proclamação da República, ocorreu uma instabilidade política que interferiu na alocação de recursos. Havia uma situação de indefinição que acabou

repercutindo nos setores políticos, já que a Secretaria era responsável pela instrução pública e pela Secretária de Serviços Sanitários e Força Pública.

Somente com o Decreto nº 19.890, de 18/04/1931, em seu artigo 9º, e conhecido como Reforma de Francisco Campos, que se consolidou depois de sua ampliação por meio do Decreto nº 21.241, de 04/04/1932, que a Educação Física foi estabelecida como um componente curricular e a prática de exercícios ginásticos da Educação Física tornaram-se obrigatória. (CHAVES JUNIOR, 2004).

Portanto, como guisa de conclusão desta seção, este trabalho buscou colher dados concretos registrados nos documentos oficiais emanados pelo órgão responsável pela Educação e concomitantemente com a Educação Física. Assim, foi possível demonstrar o posicionamento de fontes que trazem as determinações legais e que registram o ocorrido por meio de documentos oficiais que vão além da legislação do período delimitado, lançando mão de alguns até anteriores ao período especificado para entender as ocorrências no quadro da legislação.

No âmbito do que se considerava o mais moderno a respeito do pensamento educacional, a Educação Física foi defendida de maneira clara e atinada. Embora tenha enfrentado argumentos educacionais contrários, que não impediram franceses e alemães de criarem, em seus sistemas nacionais de ensino, a disciplina. No Brasil, esperou-se até a década de 1930 para se iniciar de modo efetivo a concretização da educação pública, como a prática pedagógica de atividades físicas.

Para Herold Junior (2008), isso demonstra que, em nível mundial, as diferenças a respeito dos limites ou das possibilidades capitalistas interferem de modo diferenciado no mundo escolar. E é pelo entendimento dos impasses que a capacidade de reforma das estruturas educacionais se pautou, tornando-se possível a apreensão da competência das alterações em influir, ou não, nos direcionamentos sociais.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção tem por finalidade considerar os registros encontrados nos documentos estudados que enfatizaram o processo histórico que propiciou a história da Educação Física implantada no Estado do Paraná nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, enfatizam-se os questionamentos realizados na introdução deste trabalho que nortearam as buscas.

Esta pesquisa, primeiramente, apresentou o contexto histórico que antecedeu a inclusão da Educação Física no Estado do Paraná no período referenciado, para estabelecer uma sustentação dos acontecimentos que ocorreram no período-recorte de estudo, definindo a plataforma que proporcionou espaço para o desenvolvimento desta história. Foi destacada a economia e a política que fundamentavam o encaminhamento das questões educacionais. Na história da Educação Física no Paraná, embora tenha registros de práticas de indígenas e dos africanos, não houve influência direta dessas práticas na constituição da Educação Física neste Estado. Ela foi, no princípio, fortemente marcada pela instituição militar, seguida pela medicina e tendo como filosofia os princípios positivistas. No decorrer de sua história, conjugou com outros movimentos, como o nacionalista, e com as políticas liberais.

No século XIX, a Educação Física se caracterizou como uma prática de atividades físicas imbuída de métodos ginásticos advindos de países europeus. Nunes e Rubio (2008) enfatizam que a Educação Física constituiu-se, mediante sucessivas reformas, como a área que trata pedagogicamente do corpo. Não foi uma identidade projetada que definiu a Educação Física paranaense e sim uma identidade implantada por meio do currículo escolar. Destaca-se a implantação da ginástica alemã no Brasil. As famílias alemãs que para cá imigraram trouxeram entre seus hábitos o de praticar a ginástica de Jahn.

Considerou-se como ponto de referência da **instalação da Educação Física** no período a partir do **final do século XIX**, por volta de 1889, pela utilização dos métodos analíticos e que foram importados da Europa.

A interpretação histórica do processo de consolidação da disciplina de Educação Física nas primeiras décadas do século XX no Paraná, segundo os interesses e a estruturação desta pesquisa, como foi previsto na introdução do texto,

teve como objetivo investigar os documentos que estabeleceram a Educação Física no Paraná.

Na retomada histórica realizada para que se percebesse a sintonia entre os movimentos educacionais, políticos, econômicos e sociais que deram suporte para a realidade, ostentada pelos dados no período estudado, observaram-se vestígios da História da Educação e da Educação Física antes mesmo do “descobrimento do Brasil” assim como as raízes europeias que eram ligadas à natureza e aos primeiros movimentos dos homens que, por força da cultura, perpetuaram-se.

Foram pesquisados legislações e decretos que emanaram orientações para a instrução escolar. Esta parte do estudo deu clareza às mudanças ocorridas e possibilitou a compreensão da Educação Física no contexto atual, registrando-se a existência de duas linhas na Educação Física: uma voltada para a área preventiva da saúde da sociedade, num contexto de pessoas fora do âmbito escolar; e a outra na área escolar, com o intuito determinado pelo interesse dos grupos governamentais. As escolas estavam vinculadas às instruções das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, por meio dos documentos oficiais.

A Educação Física brasileira, incluindo a paranaense, parte de conceitos previamente estabelecidos da inclusão dos métodos de ginástica, que serviram de plataforma inicial para a constituição da Educação Física. Esta constatação ajudou a caracterizar, no Paraná, nas primeiras décadas do século XX, especificamente, a Educação Física no espaço da escola pública.

Respondendo aos questionamentos relacionados à quando e como a Educação Física teve os primeiros registros nos **documentos** emanados pelos órgãos responsáveis pela Educação no Paraná, verificou-se que a Educação Física foi incluída com base em direcionamentos que a instrução pública recebeu. Para tanto, é fundamental registrar que o ensino público no Paraná começou a ser desenvolvido em escolas mantidas pelo Governo do Estado, a partir de 1901, tanto no ensino primário como no secundário, acatando determinações do Decreto de 11 de março, que tornou a Instrução Pública norteadora das ações das escolas privadas e escola normal de Curitiba. (PARANÁ, 1901). Após aprovado o regimento interno das escolas públicas do Paraná em 1903, organizou-se um projeto de instrução pública que se tornou o Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná em 1907 (OLIVEIRA, 2005).

Um aspecto importante a destacar é a sequência cronológica que registra a presença de Domingos Virgílio do Nascimento, que foi responsável pela produção do livro **O Homem Forte**, o qual foi publicado em 1905, sob os cuidados do Governador do Paraná, Vicente Machado. Com essa produção, o escritor demonstrava uma preocupação com a ginástica que vinha sendo praticada nas escolas públicas paranaenses no tocante ao método de ensino e ao conteúdo escolarizado, demonstrando um encaminhamento com base em exercícios físicos para a promoção do homem com saúde. (PUCHTA, 2007).

Como consequência da regulamentação da instrução pública desse Estado, foi aprovado o Código de Ensino de 1915, que orientava a precisão da organização, tendo em vista o momento conturbado gerado pela Primeira Guerra Mundial e a sua legislação pautada em ideais nacionalistas.

A concretização desse feito foi registrada no **Código de Ensino de 1917**, que foi oficializado com a seriação de quatro anos para o ensino primário. Neste código, estabeleceu a Educação Física para todas as séries, como os exercícios ginásticos. Uma Educação Física que demonstrava o interesse dos políticos locais, que, preocupados com a formação de cidadãos úteis e de espíritos esclarecidos, só poderia ocorrer por meio de uma educação para constituir corpos fortes e saudáveis. (PARANÁ, 1917).

Desse momento até 1930, as ações relacionadas à saúde eram preocupações centrais que assolavam a sociedade e, portanto, a educação do corpo se acentuou nas escolas públicas paranaenses e na Educação Física com a presença de militares para atuarem como instrutor dos exercícios físicos.

Outro registro fundamental para a caracterização desta história ocorreu por meio do **Decreto de 1921**, em que impôs o método francês na rede escolar pública, ainda sob a influência militar, que tinha como objetivo a formação do caráter, garantir a força física e respeitar a hierarquia, capacitando e adestrando o corpo para o trabalho, assim como para a reprodução sadia e inclusive para o desenvolvimento econômico do país. Com relação ao currículo, este tinha uma identidade, já que priorizava na sua constituição homens patriotas, sujeitos corajosos e obedientes e prontos para cumprir as suas responsabilidades no trabalho (NUNES; RÚBIO, 2008). Convém ressaltar que o método francês assumiu grande importância no período, por ter sido o método adotado pelo governo para realizar treinamento aos militares e aos civis.

Outro fato que faz parte desse cenário de caracterização da Educação Física e a definição de método dessa disciplina pode ser encontrado na I Conferência de Educação que ocorreu em Curitiba. Nessa conferência, destaca-se a **tese** de Ambrósio Torres, que foi publicada sob o título **Metodologia do Ensino da Educação Física**, enfocando um método de ginástica que emprega o ritmo e a moderação ao realizar os exercícios, diferenciando o tempo de realização e respeitando a idade. A tese enfatiza um trabalho que abarque na prática educativa a ginástica respiratória, a ginástica pedagógica e médica, a coordenação, a ordem e o crescimento dos movimentos alternadamente. Essa publicação trouxe argumentos que reforçavam as questões relacionadas aos cuidados com o corpo e com a organização da Educação Física.

Para descrever como ocorreu o registro da inclusão no Paraná nas primeiras décadas do século vinte, foram utilizados, sobretudo, as Mensagens e os Relatórios Presidenciais da Província e do Estado do Paraná como fontes documentais, buscando a institucionalização por meio dos documentos primários e secundários, todavia, dando preferência para os oficiais.

A presença desta prática foi legitimada por meio da definição de leis para a implantação da Educação Física no ensino público do Estado do Paraná. Acredita-se que tenha sido um passo a mais para o entendimento da história dessa prática, que contribuiu para a interpretação da história nas escolas públicas do Paraná.

Assim, foram considerados os indicativos que pontuam a resposta do trabalho e a continuidade no processo de pesquisa sobre a história da Educação Física do Paraná, analisando a historicidade encontrada nos registros dos documentos-fontes. Nesta consideração, fica evidente que a história é rica em elementos culturais, sendo possível a demonstração dos fatos históricos que antecederam o período delimitado e não tendo como desvencilhar-se de sua história. Por isso, o registro vivencia o processo de transformação pelo qual passou a Educação Física desde o colonialismo até o imperialismo, chegando até o governo republicano, no qual ocorreram os movimentos de mudanças de regras do jogo para atender aos interesses dos grupos dominantes e que eram responsáveis pela educação.

Quando se registra interesse dos governantes na escrita da história da Educação Física, relembram-se as palavras de Medina (1986), já referido neste contexto, quando definiu que a Educação Física tem sido utilizada politicamente como se fosse uma arma a serviço de projetos governamentais que nem sempre

apontam a direção dos resultados conseguidos para melhores condições existenciais.

Constatou-se, nos estudos históricos, que, há muito tempo, o discurso ocorreu a respeito da importância da Educação Física escolar com o intuito de trabalhar com a prevenção da saúde, inclusive em 1920. Azevedo (1920) definia uma intervenção social por meio da Educação Física, caracterizando-a como meio de ensinar hábitos de higiene aos alunos e, ao mesmo tempo, desenvolver um corpo sadio.

Uma importante contribuição para a definição desta história foi a entrada da Educação Física militar no ensino público primário, que ocorreu por meio do método do escotismo entre 1921 e 1922. Foi quando Aristóteles Xavier, o primeiro profissional específico para a área da educação física, ministrou aulas para os alunos dos grupos escolares de Curitiba, Capital do Estado.

Na análise do ensino primário paranaense no período da Primeira República, consideram-se os aspectos de ordem política, econômica, administrativa e legislativa do Estado do Paraná que possibilitaram o desenvolvimento do ensino, considerando, inclusive, as influências externas que repercutiram na formação da sociedade. As transformações sociais, econômicas e políticas de uma sociedade, que se refletiram na educação por meio de ações do Governo, direcionando-as para mudanças na organização da escola, resultando no surgimento dos Grupos Escolares.

Com relação às contribuições emanadas dos documentos que tiveram seu valor no Código de Ensino de 1917, é possível afirmar que construíram um alicerce para a organização dos conteúdos da Educação Física Escolar Primária. Inclusive a I Conferência Nacional de Educação (ICNE) registrou estudos que estavam sendo realizados no cenário nacional na educação, assim como, representaram um marco inicial para os acontecimentos que ocorreriam após 1927.

O Código de Ensino de 1917, aprovado por meio do Decreto de nº. 17, de 09 de janeiro desse ano, tem relevância, porque marcou no tempo uma mudança, que veio complementar uma série de outros Códigos que o precederam. Esse Código de Ensino direcionou as determinações básicas que nortearam todo o sistema da instrução pública vigente como uma fonte que orientou os trabalhos educacionais, inclusive a Educação Física (Gymnástica) que é contemplada como um dos conteúdos a ser trabalhado no contexto da organização.

No Estado do Paraná, verifica-se divergência entre a introdução da Educação Física em uma realidade como a existente no Colégio Estadual do Paraná, e a realidade da Educação Física na escola pública paranaense. A documentação histórica oficial registrou que, na escola pública, a Educação Física era constituída em torno dessa disciplina escolar.

Somente com o Decreto nº 19.890, de 18/04/1931, em seu artigo 9º, que ficou conhecido como a Reforma de Francisco Campos, e a consolidação de sua ampliação por meio do Decreto de nº 21.241, de 04/04/1932, que a Educação Física foi estabelecida como um componente curricular, e a prática de exercícios ginásticos da Educação Física tornaram-se obrigatória. (CHAVES JUNIOR, 2004).

Por meio de um conjunto de fatos, foi possível estabelecer uma organicidade entre as fontes encontradas e realizar uma articulação entre os movimentos ocorridos que precederam e que aconteceram no período em foco, fazendo ocorrer um diálogo entre elas para que a produção teórica se estampasse.

Portanto, ao caminhar para as conclusões finais deste trabalho, entende-se que cabe ao professor/pesquisador socializar, de maneira democrática com seus pares, as reflexões e resultados de seus estudos, caso contrário, não haveria contribuição para a história do conhecimento da área.

Acredita-se que esta pesquisa trará uma contribuição significativa para a história da Educação Física primária no Paraná, porque, além de reiterar os fatos ocorridos nas primeiras décadas, dar a devida importância às **fontes** é imprescindível para este tipo de pesquisa, por servir como uma crítica ao entendimento da Educação Física sob a perspectiva do sistema político, econômico e social implantado na sociedade em um dado momento histórico.

Em termos de acréscimo, registra-se que, desde 1920, ocorreram reformas educacionais em vários estados, inclusive no Paraná, pautadas pelas ideias do escolanovismo. Durante o período dedicado a este trabalho, esta questão ficou em aberto e representa um momento significativo, postando como um referencial em termos de atualidade que foi construído com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. (ARAUJO, 2010).

Acredita-se que, em termos de contribuição, este trabalho acrescenta à história da Educação Física do Paraná informações pertinentes para a continuidade desta linha de estudo. É conveniente marcar na história que, quando do levantamento bibliográfico no início da pesquisa, foram encontrados, no período em

foco, alguns trabalhos sobre o tema, entre eles destacam-se os trabalhos de Diogo Rodrigues Puchta, **A formação do homem forte: educação física e *gymnastica* no ensino público primário paranaense (1882-1924)**, a qual foi utilizada neste trabalho, e a de Sérgio Chaves Junior, **A educação física do Ginásio Paranaense ao Colégio Estadual do Paraná: contribuições para a construção de uma história de uma disciplina escolar (1931-1951)**, ambos contribuíram de modo muito significativo para a história da Educação Física paranaense. Com base nessas referências, observa-se uma plataforma para todos e quaisquer trabalhos no período que se segue.

Muitas questões ficaram em aberto por uma série de ocorrências enfrentadas e que não estavam previstas no início da elaboração desta pesquisa de dissertação de mestrado. Dificuldades que foram encontradas desde o momento em que se fez o levantamento de trabalhos que retratam a história do Paraná. Entre elas: a localização dos documentos, inclusive os primários e os respectivos acervos, e a necessidade em se ter um preparo prévio sobre este estudo para estar engrenada na linguagem da área pesquisada. Por último, a questão do tempo destinado ao entendimento, à elaboração do trabalho e ao seu encaminhando que se apresentam como insignificantes em relação à expectativa de realização, o que compromete muito o trabalho e demonstra a necessidade de grupos de estudos que deem continuidade ao aprofundamento para estar contribuindo com a qualificação necessária para atuar no magistério e para estar produzindo conhecimentos que contribuam de maneira significativa para a educação brasileira em geral.

Em relação às possibilidades de pesquisa, num primeiro momento, fica em aberto a questão do aprofundamento da Educação Física em relação à aplicação do método do escotismo nas escolas públicas no Estado do Paraná, a repercussão nas escolas profissionalizantes, na escola normal e no curso de Educação Física. Embora já exista um trabalho que contribua com esse discurso, sendo ele de autoria do professor Carlos Herold Junior<sup>14</sup>, outras preocupações devem surgir, levantando registros históricos da inclusão da Educação Física em outras áreas territoriais.

---

<sup>14</sup> Sua pesquisa se preocupa com a educação corporal por meio do movimento do escotismo no período em foco, intitula-se **A educação corporal no Paraná através do movimento escoteiro em Guarapuava (1927-1936)**.

## REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **Usos e abusos dos estudos de caso**. Rio de Janeiro: Universidade Eptácio de Sá, 2006.

ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Método **nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1999.

ARAUJO, José Carlos Souza. Direitos humanos, educação e o escolanovismo de Fernando de Azevedo. **Educação em Revista**, Marília, v. 11, n. 1, p. 1-108 jan./jul. 2010. Disponível em: 15 mar. 2012.  
[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Jose\\_Carlos\\_Souza\\_Araujo\\_Concepcao\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Jose_Carlos_Souza_Araujo_Concepcao_artigo.pdf)

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; GIMENEZ, José Carlos. Educação e pesquisa: fontes e documentos. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Org.). **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas, SP: Alínea, 2009. v. 1, p. 109-125.

BELTRAME, Dalva Marim. Dos fins da educação física escolar. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v.12, n. 2, p. 27-33, 2001.

BRASIL. Projeto Político da constituição de 1891. PUC-RIO- Certificação digital N° 0014242/CA. In: BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. 1934. Disponível em: <[www-planalto.Gov.br.ccivil\\_03/constituicao 34. htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/34.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Museu da Funasa**: cronologia histórica de saúde pública. Brasília, DF: Fundação Nacional da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/secretária de educação Fundamental. Brasília, DF: MEC, 1997.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 14 784 de 27 de abril de 1921**. Publicação original, 1921.

BRITO NETO, Aníbal Correia. **O impacto das diretrizes curriculares nacionais nos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação em educação física do Estado do Pará**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação)-UEPA, Belém, 2009.

BUENO, Francisco da Silveira, **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1976.

CALVI, Lourdes Margareth; SCHELBAUER, Anaete Regina. Moacyr Primitivo e a instrução pública: império e república. **Revista HISTEDBR**, on-line, Campinas, SP n.

10, jun. 2003. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art7\\_10.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art7_10.html)>. Acessado em: 20 out. 2011.

CASTANHA, André Paulo. **1827-2007: 180 anos da primeira lei brasileira sobre a escola primária**. Cascavel: Unioeste, 2007.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CHAGURI, Jonathas de Paula. **As vozes da política de ensino de língua estrangeira moderna na educação básica no Estado do Paraná**. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

CHAVES JÚNIOR, Sérgio Roberto. **A Educação Física do Ginásio Paranaense ao Colégio Estadual do Paraná: contribuições para a construção de uma história de uma disciplina escolar (1931-1951)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência Nacional de Educação (1927)**. Brasília, DF: MEC SEDIAE: INEP: IPARDES, 1997.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. O processo de escolarização da educação física no Brasil: reflexões a partir do Imperial Collegio De Pedro Segundo (1841-1881). UFJF. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, n. 30, p. 59-83, jun. 2008.

DARRÓZ, Lis Amanda; SCHELBAUER, Anaete Regina. Apontamentos históricos do método analítico de ensino para a leitura no Brasil. **Arq. Mudi. UEM**, Maringá, v. 11, p.150-157, 2007. Suplemento 2.

FERREIRA JR., Amarílio (Org.). Educação jesuítica no mundo colonial ibérico (1549-1768). ISSN 0104-1037 **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 21, n. 78, p. 1-172, dez. 2007.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. **Museu da Funasa: cronologia histórica de saúde pública**, Brasília, DF, 2004.

GAIO, Roberta; GÓIS, Ana Angélica. A ginástica de ontem e de hoje. /PUC. In: SIMPÓSIO TEMÁTICO, PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS, 21., 2006, Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP: UNIMEP, 2006.

GAMA KURY, Adriano da. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 2001

GERELUS, Sérgio Henrique. **Rui Barbosa e a educação do corpo na reforma do ensino primário**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Método francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola**. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

HEROLD JUNIOR, Carlos. A educação corporal no Paraná através do movimento escoteiro em Guarapuava (1927-1936). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 123 - 150, ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Os processos formativos da corporeidade e o marxismo: aproximações pela problemática do trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, Marília, v.13, p. 98- 111, 2008.

\_\_\_\_\_. Corpo, Educação Física e o Trabalho no Capitalismo Industrial (1860-1920). **Revista histedbr – on-line**, Campinas, SP. n. 25, p.54-66, mar. 2007

\_\_\_\_\_. **Da prática social a prática escolar: um estudo da trajetória do Pensamento moderno sobre a Educação Física**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2000b.

\_\_\_\_\_. A centralidade analítica da categoria trabalha para a educação física. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 89-95, 2000a.

KOSHIBA Luiz. **História do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Atual, 1980.

MACHADO, Maria C. G. **Rui Barbosa: pensamento e ação**. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2002.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. A educação na primeira república. Universidade Estadual Do Sudoeste da Bahia – UESB. **Revista Histedbr, on-line**, Campinas, SP, n. 28, p. 99-105, dez. 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATO, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARINHO, Inezil Penna. **A história da educação física e dos desportos no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1954. v. 4.]

\_\_\_\_\_. **A história da educação física e dos desportos no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952. v. 3.

MARTINIAK, Vera Lúcia, **História, sociedade e educação nos Campos Gerais**. Ponta Grossa, 2007. Projeto de Pesquisa.

MARTINS, Vicente de Paula da Silva. **Constituição e educação: análise evolutiva da educação na organização constitucional do Brasil**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal do Estado do Ceará, Fortaleza, 1996.

MEDINA, João Paulo S. **O brasileiro e seu corpo: educação e política do corpo**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

\_\_\_\_\_. **A educação física cuida do corpo... “mente”**. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1986.

MELO Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A Organização da Instrução Pública no Paraná no Início da República; O decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890. **Revista HISTEDBR**, on-line, Campinas, SP, n. 38, p. 248-260, jun. 2010.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. **A legislação educacional**: uma das fontes de estudo para historia da educação brasileira. Artigo on Line. Campinas, SP, 2007. Disponível em: <  
[http://www.cp.utfpr.edu.br/armando/adm/arquivos/pefp/Maria\\_Elisabeth\\_Blanck\\_Miguel\\_artigo.pdf](http://www.cp.utfpr.edu.br/armando/adm/arquivos/pefp/Maria_Elisabeth_Blanck_Miguel_artigo.pdf) >. Acesso em: 12 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; MARTIN, Sônia Dorotea; SCHUIDT, Silvana Mendes. **Coletânea da Documentação EducacionaI Paranaense no período de 1854 a 1889**. Campinas,SP: SBHE: Autores Associados:INEP, 2000.

\_\_\_\_\_. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. 1. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

NASCIMENTO, Maria Izabel Moura. **A Primeira Escola de Professores de Campos Gerais - PR**. 2004. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SOUSA, Nilvan Laurindo. Escola Normal de uritiba e o pioneirismo de Júlia Wanderley. **Revista HISTEDBR**, on-line, Campinas, SP, n. 42, p. 265- 278, jun. 2011.

NUNES, Antonietta d’Aguiar. Formação dos sistemas públicos de educação no sec. XIX e sua efetivação na província da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 99, p. 75-113, 2004.

NUNES, Mário Luiz Ferrari; RÚBIO, Kátia. O(s) currículo(s) da educação física a constituição da identidade de seus sujeitos. **Currículos sem Fronteiras**, [S.l.], v. 8, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: <  
<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol8iss2articles/nunes-rubio.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

OLIVEIRA, Amanda Melissa Bariano de. Ação educacional Jesuítica no Brasil Colonial. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 3, n. 9, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/ST6/005%20-%20AMANDA%20MELISSA%20BARIANO%20DE%20OLIVEIRA.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

OLIVEIRA, Luiz Antonio. **A contribuição de Primitivo Moacyr na história da escola pública**: ações imperiais e república. 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **O Grupo Escolar Dezenove de Dezembro: história e organização**. Curitiba, 2001. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/099\\_maria\\_cecilia\\_martins.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/099_maria_cecilia_martins.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Políticas e investimentos do governo do Paraná na rede pública de ensino (1889 a 1930). **Eccos: Revista Científica**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 385-405, 2006.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e reformas curriculares: as escolas primárias no Paraná na primeira república. **E-curriculum: Revista Científica**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2005-2006.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de. **Escolarização e Educação do corpo: História do currículo da Instrução Pública Primária no Paraná, (1882-1926)**. GT02 – **História da Educação**, ANPED, n.02-28ª Reunião, 2010.

\_\_\_\_\_. Educando o Corpo: saberes e práticas na instrução Pública Primária paranaense (finais do séc. XIX início do século XX). **Educativa (UCG)**, v. único, p.185-1999, 2006.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é Educação Física?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

PADIAL, Elyane Mozelli. **A proposta de Lysimáco Ferreira da Costa para Instrução Pública Paranaense de 1920-1928**. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

PARANÁ, Arquivo Público. **Boletim da Associação dos Amigos do Arquivo Público**. **Boletim da Associação de Amigos do Arquivo Público**, Curitiba, v. 8, n. 6, jun. 2001. Disponível em:<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/boletimtexto.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto de nº 653, de 19 de junho de 1925**. Acervo: Seleção Cronológica de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná (1853-2002), 1925c

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 14.784, de 27 de abril de 1921**. Acervo: Câmara dos Deputados. Disponível em [www2.camara.gov.br /Atividade Legislativa / Legislação](http://www2.camara.gov.br/AtividadeLegislativa/Legisla%C3%A7%C3%A3o/1921) , 1921.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 17, de 09 de janeiro de 1917**. Código do Ensino do Estado do Paraná. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de Leis, Decretos e Regulamentos. Curitiba: DEA, 1917.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 710, de 18/10/1915**. Código do Ensino. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de Leis, Decretos e Regulamentos. Curitiba: DEA, 1915.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 93 de 11 de março de 1901.** Acervo: Seleção Cronológica de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná (1853-2002). Curitiba: DEA, 1901a.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 31, de 29 de janeiro de 1890.** Acervo: Seleção Cronológica de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná (1853-2002). Curitiba: DEA, 1890.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2.303, de 4 de abril de 1924.** Acervo: História Administrativa do Paraná (1853-1947): criação, competência e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial: Departamento Estadual de Arquivo Público, 2000.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2.303 de 04 de abril de 1924.** Acervo: Seleção Cronológica de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná (1853-2002). Curitiba: DEA, 1924.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2.228, de 09 de abril de 1923.** Acervo: Seleção Cronológica de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná (1853-2002). Curitiba: DEA, 1923.

\_\_\_\_\_. **Leis, Decretos e Regulamentos de 1925c.** Acervo: Seleção Cronológica de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná (1853-2002). Curitiba: DEA, 1925d.

\_\_\_\_\_. **Mensagens de Governo 1930.** Acervo. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1930.

\_\_\_\_\_. **Mensagens de Governo 1929.** Acervo. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1929.

\_\_\_\_\_. **Mensagens de Governo 1927.** Acervo. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1927

\_\_\_\_\_. **Mensagens de Governo 1925.** Acervo. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1925a.

\_\_\_\_\_. **Mensagens de Governo 1924.** Acervo. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1924.

\_\_\_\_\_. **Mensagens de Governo 1920.** Acervo. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1920.

\_\_\_\_\_. **Mensagens de Governo 1919.** Acervo. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1919.

\_\_\_\_\_. **Mensagem de Governo 1918.** Acervo. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1918b.

\_\_\_\_\_. **Mensagens de Governo 1914.** Acervo. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público. Coleção do Diário Oficial, n. 574, ano 2, 30 jan.1914. p. 3.

\_\_\_\_\_. **Mensagens de Governo 1902.** Acervo. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1918a.

\_\_\_\_\_. **Mensagem de Governo 1901**. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de Leis, Decretos e Regulamentos. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1901b.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Secretários de Governo**. 1859-1934. Acervo. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público. Disponível em: <[www.pr.gov.br/arquivopublico](http://www.pr.gov.br/arquivopublico)>. Acessado em: 23 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Secretários de Governo. 1922**. Acervo: Prateleira de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1922.

\_\_\_\_\_. **Relatório do inspetor geral do Ensino de 1920**, Cezar Pietro Martinez, ao secretário geral de Estado do Paraná, Marins Alves de Camargo, 1921.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Governo 1902. Acervo**. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1902.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Secretários de Governo**. Acervo. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1901c.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Governo 1854**. Acervo. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1854.

\_\_\_\_\_. SEED. **Educação Física**: ensino médio. Curitiba: SEED, 2006.

\_\_\_\_\_. **Seleção Cronológica de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná (1853-2002)**. Disponível em: <[www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteúdo.php](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteúdo.php)>. 1980.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental, seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, Londrina, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2011.

PUCHTA, Diogo Rodrigues. **A formação do homem forte**: educação física e *gymnástica* no ensino público primário paranaense (1882-1924). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

PYKOSZ, Lausane Corrêa; OLIVEIRA, Markus Aurélio Taborda de. A higiene como tempo e lugar de educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do Estado do Paraná. **Currículo sem Fronteiras**, [S.l.], v. 9, n. 1, p.135-158, jan./jun. 2009.

RABELO, Ricardo Rocha. Escotismo enquanto prática pedagógica no início do século XX: um olhar a partir das associações voluntárias. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL: EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 5., 2011, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão, SE: Educon: UFS, 2011.

RONCAGLIO, Cynthia; NEUERT Márcia; MARTINS Maria A. B. **Apontamentos para uma história da saúde**: as fontes documentais do Paraná. Repositório, BCE-UNB, 2001.

ROSA, Ivani. Pesquisa histórica e prática social: tendências e possibilidades. UFU, **Revista Fenix**, [S.l.], v. 2, ano 2, n. 2, p. 01-06, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR**, on-line, Campinas, SP, (n. especial), p. 28-35, ago. 2006.

SEKI, Ariella Lúcia Sachertt. **Sociedade e educação**: debates sobre o ensino público de 1890 a 1905. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR, 2010.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bormura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educ. Rev.**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

SOARES, Carmem Lúcia. Memórias da natureza: Georges Hébert e a educação do corpo. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 8, n. 55, Dec. 2002. Disponível em: <[www.efdeportes.com](http://www.efdeportes.com)>. Acesso em: 23 fev. 2012

\_\_\_\_\_. Natureza, vida ao ar livre e Educação Física no início do século XX: fragmentos da obra de Georges Hébert. **Revista ISEF**, digital, Montevideo, 2005.

\_\_\_\_\_. Georges Hébert e o Método Natural: nova sensibilidade, nova educação do corpo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, SP, v. 25, n. 1, p. 21-39, 2003.

\_\_\_\_\_. Cultura de movimento. **Revista do SESC**: Corpo Prazer e Movimento, São Paulo, v. 1, p. 14-23, 2001.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a educação no corpo. **Educar**, Curitiba, n. 16, p. 43-60, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação Física**: raízes europeias e Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

\_\_\_\_\_. **Imagens da educação no corpo**: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

\_\_\_\_\_. Educação Física Escolar: Conhecimento e especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, supl.2, p. 6-12, 1996.

SOUZA, Rosa Fátima. A construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, Araraquara, ano 20, n. 51, p. 9-28, 2000a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a02v2051.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP, ano 20, n. 51, nov. 2000b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a02v2051.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

TAVARES, José Newton Tomazzoni. **A Política Educacional da União com Currículos do ensino fundamental**: currículos do Ensino Fundamental: PCNs. 2006. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

VILLA, Vivian. **A educação de jovens e adultos no Estado do Paraná**: um estudo sobre relação entre políticas e as práticas de sala de aula na história da educação recente – 1971-1991. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação)–Pontifícia Universidade Católica, Curitiba, 2009.

WACHOWICZ, Lilian Anna. **Relação professor**: estado do Paraná tradicional. São Paulo: Cortez, 1984.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2001.